



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

HENRIQUE DOUGLAS DOS SANTOS BORBOREMA

**AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS PROVOCADOS PELOS FESTEJOS
JUNINOS NO PARQUE DO POVO, CAMPINA GRANDE-PB.**

**CAMPINA GRANDE
DEZEMBRO DE 2014**

HENRIQUE DOUGLAS DOS SANTOS BORBOREMA

**AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS PROVOCADOS PELOS FESTEJOS
JUNINOS NO PARQUE DO POVO, CAMPINA GRANDE-PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do Curso de Graduação em Ciências Biológicas da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Ciências Biológicas.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Maria Pereira da Silva.

**CAMPINA GRANDE
DEZEMBRO DE 2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B726a Borborema, Henrique Douglas dos Santos.
Avaliação de impactos ambientais provocados pelos festejos juninos no Parque do povo, Campina Grande-PB [manuscrito] / Henrique Douglas Santos Borborema. - 2014.
60 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2014.
"Orientação: Profa. Dra. Monica Maria Pereira da Silva, Departamento de Biologia".

1. Impactos ambientais. 2. Festejos juninos. 3. Educação ambiental. 4. Sustentabilidade. I. Título.

21. ed. CDD 363.7

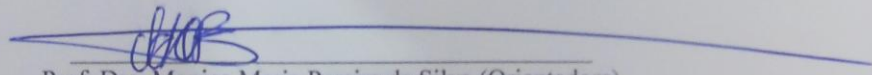
HENRIQUE DOUGLAS DOS SANTOS BORBOREMA

AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS PROVOCADOS PELOS FESTEJOS
JUNINOS NO PARQUE DO POVO, CAMPINA GRANDE-PB.

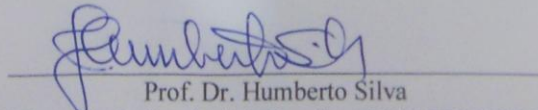
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Graduação em
Ciências Biológicas da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito à obtenção do título
de Bacharel em Ciências Biológicas.

Aprovado em: 12/12/2014.

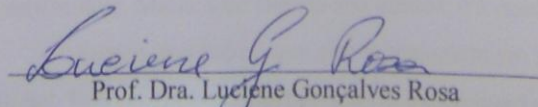
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Monica Maria Pereira da Silva (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (DB/CCBS/UEPB)



Prof. Dr. Humberto Silva
Universidade Estadual da Paraíba (DB/CCBS/UEPB)



Prof. Dra. Luciene Gonçalves Rosa
Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente (SESUMA/CG/PB)

À minha mãe, Maria José Batista dos Santos, e à minha avó, Jaci Maria dos Santos, por tudo o que elas representam em minha vida, DEDICO.

Ao meu pai, Bolívar Barboza Borburema (*in memoriam*) e ao meu avô, Antônio Clementino dos Santos (*in memoriam*) por todo apoio e carinho, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus! Pai Onipotente! Por toda coragem e determinação que me proporcionou durante esta jornada acadêmica! Nos momentos de lutas e aflições, em que eu não podia contar com mais ninguém, além de mim mesmo, era em teus braços, Grande Mestre, que encontrava alento, conforto e segurança de que o amanhã seria mais belo!

Agradeço à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), instituição que me acolheu por quatro anos, por meio do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas, e passou a ser minha primeira casa! Obrigado por possibilitar minha formação acadêmica e social! Agradeço a todos os professores, em especial: Dr. André Pessanha, Dr. Iranildo Melo, Dra. Carla Bicho, Dr. Márcio Mendes, Dra. Thelma Dias, Dra. Monica Maria Silva, Dr. Sérgio Lopes, Dra. Kiriaki Nurit-Silva, Dr. José Etham Barbosa, Dr. José Mourão e Dr. Humberto Silva, pelos riquíssimos conhecimentos compartilhados.

Agradeço ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e à UEPB, pelas bolsas de pesquisa PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) e pela bolsa SWG (Graduação Sanduíche no Exterior) por meio do Programa Brasileiro de Mobilidade Internacional Ciência sem Fronteiras do Governo Federal Brasileiro, que me possibilitaram a aquisição de conhecimentos significativos e específicos para o melhor exercício de minha profissão. Sem nenhuma sombra de dúvidas, se não fossem as bolsas e os incentivos científicos que tive ao longo de minha graduação, não teria me tornado o profissional que hoje sou!

À professora Dra. Thelma Lúcia Pereira Dias, por ter me possibilitado a rica experiência da prática da Iniciação Científica em seu Laboratório! Fui seu Orientando de PIBIC por três anos, agradeço por todo empenho e energia dedicada na execução dos nossos projetos. Ao seu marido Luís Carlos, por toda paciência e importantíssima ajuda em nossos trabalhos de campo.

À professora Dra. Monica Maria Pereira da Silva, pelo excelente desenvolvimento da disciplina Impacto Ambiental, que me inspirou na elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso. Obrigado pelas leituras sugeridas ao longo da disciplina e por esta orientação. Obrigado pela professora dedicada, atenciosa e sensível que és! A Senhora terá eternamente a minha gratidão!

À Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Portugal, onde realizei minha Graduação Sanduíche no Exterior! Meus agradecimentos por ter me aceitado como

aluno de Mobilidade Internacional, contribuindo significativamente em minha formação por meio do Curso de Licenciatura em Biologia, pelo meu estágio em investigação no Instituto de Oceanografia, em que agradeço especialmente ao Prof. Dr. José Lino Costa por ter me orientado tão eficientemente no desenvolvimento das atividades de investigação, pelos professores espetaculares que tive, em especial: Dr. Jorge Palmeirim, Dr. José Paula, Dr. Rui Rosa, Dr. Bernardo Quintella e Dr. Henrique Cabral. Suas experiências e ensinamentos foram fundamentais para minha formação na área que pretendo seguir carreira: Ecologia.

Às minhas mães, Maria José Batista dos Santos (“mãe lia”) e Jaci Maria dos Santos (“mãe vó”) por todo amor, apoio e atenção dedicados ao longo de minha vida! A vocês devo muito do que sou!

Ao meu pai Bolívar Barboza Borburema (*in memoriam*) e ao meu avô, Antônio Clementino dos Santos (*in memoriam*). Embora não estejamos mais fisicamente juntos, sei que a concretização desta graduação sempre foi um sonho para vocês! O meu sucesso sempre foi algo almejado por vós! Sempre vossas expectativas me incentivaram! Espero sempre poder correspondê-las! Pois sei que espiritualmente vocês estão sempre comigo!

Às minhas tias: Maria de Lourdes, Maria Aparecida, Maria do Socorro e Vilany Ramalho; aos meus tios Lindomar Batista e Lindelson Batista por todo incentivo! Não posso esquecer-me de meu tio, esposo de tia Vilany, o Sr. Antônio José Ramalho, que sempre acreditou em meu potencial e me incentivou a lutar por todos os meus sonhos! Ao meu irmão, José Neto, por toda alegria proporcionada em nossos bons momentos de convívio.

Aos meus amigos de classe, em especial minhas amigas irmãs: Savanna, Amanda e Jennyffer! A amizade e amabilidade de vocês foram cruciais para a minha evolução enquanto ser humano! Conhecê-las nesta graduação foi um presente de Deus! Amo-vos!

Aos meus colegas de classe que me acolheram em sua turma após minha chegada de Portugal, em especial minhas amigas Andressa e Shirley! Conviver com vocês foi bastante especial e inovador! As novas experiências ficarão para sempre em minha memória! E que as novas experiências nunca cessem!

Aos meus amigos: Arley Leitão, Giovanna Cruz, José Roberto, Elson Brasil, Suély Santos, Ana Dark, Pedro Mineiro, José Fagner, Paulo Cristóvão, Kalina Aires e D. Sônia Aires, por todo apoio, incentivo e carinho! Amigos são os familiares que escolhemos ter! E sinto-me honrado por vocês terem me permitido escolher vocês.

“Ampara a natureza sem retirar dela mais que o necessário a tua própria subsistência porque perante a eterna sabedoria... Todos estamos interligados, as pedras e as flores, os animais e os homens, os anjos e os astros, numa cadeia de amor infinito...”
(Chico Xavier)

RESUMO

Os festejos juninos de Campina Grande constituem o evento conhecido como “O Maior São João do Mundo”, e a maioria das atividades festivas ocorre no Parque do Povo. Manifestações culturais desta magnitude, além de desencadear impactos econômicos e sociais positivos, provocam impactos ambientais negativos relevantes. Nesta perspectiva, o presente estudo objetivou identificar e avaliar os impactos ambientais provocados pelos festejos juninos no Parque do Povo, na edição de 2014. Para tal, foram confeccionadas matrizes para análise dos impactos identificados. Foram feitas visitas ao Parque do Povo com o propósito de observação dos impactos, e uma consulta pública foi conduzida para identificar a percepção da população de Campina Grande acerca da realização do evento. Verificou-se que os principais impactos positivos estão relacionados à economia e cultura regional e os negativos com a insegurança, produção de resíduos sólidos, consumo irracional de água e produção excessiva de esgoto. Constatou-se que os impactos positivos justificam os negativos, entretanto medidas mitigadoras e compensatórias devem ser tomadas, objetivando a sustentabilidade do evento, uma vez que a maioria dos impactos negativos é reversível. Dentre as várias proposições para minimização dos impactos negativos, a Educação Ambiental figura como uma medida eficiente que deve ser trabalhada em todos os segmentos sociais envolvidos na realização do evento. Conclui-se que os impactos negativos provocados pelo evento são significativos e que ações devem ser postas em prática para que se torne sustentável.

Palavras-Chave: “O Maior São João do Mundo”, Parque do Povo, impactos, sustentabilidade.

ABSTRACT

The June festivities in Campina Grande are the event known as “O Maior São João do Mundo”, and most festive activities occurs in the Parque do Povo. Cultural events of this magnitude, cause positive economic and social impacts, cause too significant negative environmental impacts. In this perspective, this study aimed to identify and assess the environmental impacts caused by June festivities in the Parque do Povo, in the edition of 2014. To this, dies were made for the analysis of the identified impacts. Visits were made to the Parque do Povo for the purpose of monitoring the impacts, and a public consultation was conducted to analyze the perception of the population of Campina Grande about the event. The main positive impacts are related to the economy and regional culture, and negative with insecurity, solid waste, irrational consumption of water and excessive production of sewage. It was found that the positive impacts justify the negative, however mitigation and compensation measures should be taken urgently, aiming at sustainability, since most of the negative impacts is reversible. Among the various proposals for minimizing negative impacts, Environmental Education figure as an effective measure that should be worked in all segments of society involved in the event. It was concluded that the negative impacts caused by the event are significant, and what actions should be put in place for the event to become more sustainable.

Keywords: “O Maior São João do Mundo”, Parque do Povo, impacts, sustainability.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Estado da Paraíba, em destaque o município de Campina Grande..... | 29 |
| Figura 2 - Projeto do Parque do Povo para “O Maior São João do Mundo”, 2014..... | 30 |
| Figura 3 - Área de interferência Direta do “Maior São João do Mundo” no Parque do Povo..... | 31 |
| Figura 4 - Percepção dos entrevistados sobre a duração do “Maior São João do Mundo” no Parque do Povo, Campina Grande-PB, 2014..... | 42 |
| Figura 5 - Percepção dos entrevistados sobre a localização e espaço do “Maior São João do Mundo” no Parque do Povo, Campina Grande-PB, 2014..... | 43 |
| Figura 6 - Percepção dos entrevistados sobre a organização do “Maior São João do Mundo” no Parque do Povo, Campina Grande-PB, 2014..... | 43 |
| Figura 7 - Percepção dos entrevistados sobre a qualidade da edição do “Maior São João do Mundo” no Parque do Povo com anos anteriores. Campina Grande-PB, 2014..... | 44 |
| Figura 8 - Percepção dos entrevistados quanto à avaliação dos serviços públicos durante “O Maior São João do Mundo”, Campina Grande-PB, 2014..... | 45 |
| Figura 9 - Análise de frequência de termos mencionados nas respostas às questões abertas para as dimensões: Sociocultural e ambiental..... | 47 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Avaliação do público entrevistado para “O Maior São João do Mundo” no Parque do Povo, Campina Grande-PB, 2014..... | 45 |
|---|----|

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Impactos positivos identificados e avaliados que são provocados no Parque do Povo durante “O Maior São João do Mundo”..... | 32 |
| Quadro 2 - Impactos negativos identificados e avaliados que são provocados no Parque do Povo durante “O Maior São João do Mundo”..... | 38 |
| Quadro 3 - Questões abertas e principais respostas sobre a percepção dos entrevistados acerca do “Maior São João do Mundo” no Parque do Povo, Campina Grande-PB, 2014..... | 46 |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|--|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 15 |
| 2 | OBJETIVO | 18 |
| 2.1 | Geral | 18 |
| 2.2 | Específicos | 18 |
| 3 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 19 |
| 4 | METODOLOGIA | 28 |
| 4.1 | Caracterização da pesquisa..... | 28 |
| 4.2 | Área de estudo..... | 28 |
| 4.3 | Amostragem e análise de dados..... | 29 |
| 5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO | 32 |
| 5.1 | Avaliação dos impactos positivos..... | 32 |
| 5.2 | Proposição de medidas potencializadoras..... | 35 |
| 5.3 | Avaliação dos impactos negativos..... | 37 |
| 5.4 | Consulta e participação pública..... | 42 |
| 5.5 | Proposição de medidas mitigadoras..... | 47 |
| 5.5.1 | Programas de acompanhamento, monitoramento e Educação Ambiental..... | 50 |
| 5.6 | Proposição de medidas compensatórias..... | 50 |
| 6 | CONCLUSÃO | 52 |
| 7 | RECOMENDAÇÕES | 53 |
| | REFERÊNCIAS | 54 |
| | APÊNDICE A | 60 |

1 INTRODUÇÃO

Os festejos juninos do município de Campina Grande-PB constituem o evento conhecido como “O Maior São João do Mundo”, e a maioria das atividades festivas ocorre no Parque do Povo, anualmente, da primeira semana de junho até a primeira semana de julho.

Sousa (2006) em seu livro: “Economia, política e sociedade” realiza uma descrição geral do “Maior São João do Mundo” e com um olhar bastante crítico evidencia os aspectos econômicos, políticos e sociais - positivos e negativos - do empreendimento.

O trabalho intitulado “O Maior São João do Mundo em Campina Grande - PB: Um evento gerador de discursos culturais”, feito por Lucena Filho (2009) consistiu em analisar o discurso organizacional do evento no contexto do *folkmarketing*. Este discurso é edificado pelas empresas públicas e privadas por meio da apropriação do universo simbólico da festa junina, objetivo mercadológico e institucional, na condição de gestoras e patrocinadoras do mesmo.

Nóbrega (2012) direcionou um olhar à dimensão lúdica do “Maior São João do Mundo”, tendo esta um aspecto primordial para contextualizar a expressividade do evento no âmbito do turismo, aglutinando elementos artísticos, estéticos e tecnológicos da indústria cultural, porém, aliando-os a reinvenção das tradições, exaltando a cultura nordestina e os valores inerentes à cidadania participativa na perspectiva do turismo.

Segundo Sánchez (2008) as produções coletivas, como línguas, lendas, mitos, danças e festividades são bens imateriais e intangíveis que necessitam de proteção, tanto quanto os recursos ambientais. Canclini (2008) afirma que as festas populares definem-se como patrimônio cultural em seu sentido mais amplo, haja vista que a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos.

A Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) apresenta uma definição ampla e ainda atual de patrimônio cultural em seu art. 216, onde se lê: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V -

os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Os eventos juninos apresentam-se como momentos de comemoração e conagração popular que possuem o seu enraizamento e organização no interior de uma determinada comunidade, sendo importantes no processo de coesão social e de reforço da memória e dos valores identitários de um lugar. As festas e celebrações populares caracterizam-se como bens simbólicos e imateriais, estando associados à vivência coletiva e às criações e recriações comunitárias, sendo consideradas expressões da fé, louvor, da criatividade e inventividade que particularizam determinado grupo e região (SILVA, CARVALHO, 2010).

Para Bosi (1994) cultura é a “herança de valores e objetos compartilhada por um grupo humano relativamente coeso”. Morin e Kern (1993, p. 60) definem de forma mais abrangente cultura como um conjunto de regras, conhecimentos, técnicas, saberes, valores, mitos, que permite e assegura a alta complexidade do indivíduo e da sociedade humana e que, não sendo inato precisa ser transmitido e ensinado a cada indivíduo em seu período de aprendizagem para poder se autoperpetuar e perpetuar a alta complexidade antropossocial.

As festividades do ciclo junino são bastante significativas para o povo do Nordeste Brasileiro, em termos de religiosidade e interesse cultural (NÓBREGA, 2012). Para Bakhtin (1993) a festa é a categoria primeira e indestrutível da civilização humana, além de também se manifestar em “formas primordiais” da vida em sociedade, com conteúdo essencial para sempre exprimir uma determinada visão do mundo. Diante disto, evidenciamos a importância da festa como contexto social e cultural da civilização humana.

Tendo em vista as diversas atividades humanas desenvolvidas no Parque do Povo durante a realização do “Maior São João do Mundo”, tais como *shows*, apresentações culturais, momentos de degustação de comidas típicas, encontros de pessoas para celebração dos festejos, em que o contingente populacional no Parque do Povo torna-se claramente demasiado, o que provoca ações poluidoras no ambiente, a ocorrência de diferentes impactos ambientais é evidente. Estes impactos devem ser estudados com o propósito de avaliação para potencializar os impactos positivos e evitar, mitigar ou compensar os impactos negativos.

Neste contexto, os questionamentos que motivaram e nortearam o desenvolvimento desta pesquisa foram: Quais são os impactos ambientais provocados no Parque do Povo durante a realização do “Maior São João do Mundo”? Quais são as ações necessárias para potencializar os impactos positivos? Que medidas poderiam ser adotadas para evitar ou

mitigar os impactos negativos? Qual é a percepção da população campinense acerca do “Maior São João do Mundo” no Parque do Povo?

2 OBJETIVO

2.1 Geral

- Identificar e avaliar os principais impactos ambientais provocados pelo “Maior São João do Mundo” no Parque do Povo na edição de 2014;

2.2. Específicos

- Propor medidas mitigadoras e compensatórias para os impactos negativos que não puderem ser evitados e medidas potencializadoras para os impactos positivos;
- Identificar a percepção sobre o Maior São João do Mundo de diferentes atores sociais diretamente relacionados com o Parque do Povo, em Campina Grande-PB;
- Contribuir para o aperfeiçoamento do evento, uma vez que não há registros na literatura disponível que trate desta temática para o “Maior São João do Mundo”.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em 23 de janeiro de 1986, o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), órgão colegiado que compõe o SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente) por meio da Resolução CONAMA 01/86, publicada em 17 de fevereiro de 1986, estabeleceu as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) instituída pela Lei 6.938/81, e no art. 9º, inciso IV prevê o Licenciamento Ambiental também como um de seus instrumentos. Este é o procedimento administrativo por meio do qual o órgão ambiental competente licencia a instalação, localização, ampliação e operação de empreendimentos utilizadores dos recursos ambientais, considerados potencialmente poluidores ou possivelmente causadores de degradação ambiental (ALONSO; DAWALIBI; FINK, 2002), sendo sua natureza essencialmente preventiva (ANTUNES, 2010).

A incorporação pelo direito brasileiro deste instrumento preventivo (EIA) de tutela ambiental, estimulou a participação da sociedade nas discussões democráticas sobre a implantação de projetos e contribuiu para o manejo adequado dos recursos naturais, o uso correto de matérias prima e a utilização de tecnologias de ponta, evitando altos investimentos futuros e equipamentos de controle e monitoramento (MILARÉ, 2002).

Para que haja o licenciamento de atividades empreendedoras potencialmente poluidoras ou possivelmente causadoras de degradação ambiental, a Resolução CONAMA 01/86 em seu art. 2º, torna o Licenciamento Ambiental condicionado ao estudo de impacto ambiental (EIA) e elaboração do respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA), a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA em caráter supletivo.

A partir da Política Nacional do Meio Ambiente (1981) a avaliação de impacto ambiental foi incorporada na Constituição Federal de 1988 no art. 225, § 1º, IV - “exigir, na forma da lei, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação ambiental, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”.

A Lei 6.938/81 - Política Nacional do Meio Ambiente - foi regulamentada em 1983, pelo Decreto Federal 88.351 que determinou que “caberá ao CONAMA fixar os critérios básicos, segundo os quais serão exigidos estudos de impacto ambiental para fins de

licenciamento (...)” (Art. 17, parágrafo 1º). Esse Decreto foi revogado e substituído pelo Decreto 99.274 de 1990, que manteve inalterado tal dispositivo (SÁNCHEZ, 2008).

A Resolução CONAMA 237/97 também trata do estudo de impacto ambiental, e em sua maioria da regulamentação do licenciamento ambiental. Esta normativa revogou o artigo 7º da Resolução 01/86 que, inicialmente, afirmava que o estudo de impacto ambiental devia ser elaborado por equipe multidisciplinar independente do proponente do projeto, ou seja, do empreendedor. Para muitos especialistas, houve um “retrocesso legal” no processo de elaboração do EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental), pois dá margem a uma avaliação ambiental considerada tendenciosa (BASSO, VERDUM, 2006). O artigo 6º desta mesma Resolução transferiu para o Poder Público Municipal o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local.

No art. 11, § 2º desta mesma Resolução, o órgão estadual competente ou o IBAMA ou, quando couber o órgão municipal competente, determinará o prazo para recebimento dos comentários a serem feitos pelos órgãos públicos e demais interessados e, sempre que julgar necessário, promoverá a realização de audiência pública para informação sobre o projeto, seus impactos ambientais e discussão do RIMA.

A Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98), em seu art. 60, considera como criminosa a conduta de construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes. Nesta perspectiva, torna-se evidente a importância do licenciamento ambiental; uma vez que uma atividade potencialmente poluidora que não tenha se submetido ao prévio licenciamento ambiental ou que não tenha a devida e válida licença ambiental é considerada criminosa.

Entende-se por impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais (BRASIL, 1986).

Silveira (2006) conceitua impacto ambiental como o conjunto das repercussões e consequências que uma nova atividade ou obra, seja pública ou privada, possa ocasionar ao ambiente.

De acordo com Sánchez (2008) impacto ambiental é uma consequência de atividades, produtos ou serviços de uma organização; impacto é qualquer modificação ambiental, independentemente de sua importância. Ainda para este autor se impacto ambiental “é uma alteração do meio ambiente provocada por ação humana”, então é claro que tal alteração pode ser benéfica ou adversa. O empreendimento trará diversas alterações, algumas negativas, outras positivas, e isso, deverá ser considerado quando se prepara um estudo de impacto ambiental.

Pode-se considerar que impacto ambiental pode ser causado por uma ação humana que implique em supressão de certos elementos do ambiente, bem como inserção de elementos e sobrecarga, que seria a introdução de fatores de estresse, além da capacidade de suporte do meio, gerando desequilíbrio (SÁNCHEZ, 2008).

Assim, o conceito de impacto significativo é qualquer alteração produzida pela ação humana e suas atividades nas relações constitutivas do ambiente e que excedam a capacidade de suporte do ambiente.

Segundo Sánchez (2008) a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) deve ser compreendida como instrumento de planejamento, isto é, como uma atividade técnico-científica que tem por finalidade identificar, prever e interpretar os efeitos de uma determinada ação humana sobre o ambiente. Ao mesmo tempo, a AIA pode ser considerada como procedimento que se insere no âmbito das políticas públicas.

Na perspectiva de Sachs (2005) o desenvolvimento sustentável, deverá ser o modelo de desenvolvimento que tenha por princípio a sustentabilidade. No tempo das civilizações humanas a sustentabilidade vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza. Ricklefs (2010) de maneira sucinta conceitua sustentabilidade como a utilização dos recursos ambientais, observando a capacidade de suporte do sistema em intervenção. Dewes e Wittickind (2006) conceitua sustentabilidade como o uso dos recursos naturais com o mínimo de deterioração, preservando as fontes de recursos naturais e energéticos. E de acordo com Veiga (2010) pode ser entendida como a capacidade que um sistema detém de enfrentar perturbações, mantendo suas funções e estrutura.

Mais do que nunca é preciso enfrentar as desigualdades sociais entre nações e dentro das nações e fazê-lo de maneira a não comprometer o futuro da humanidade por mudanças climáticas irreversíveis e deletérias. Desta maneira, o desenvolvimento sustentável deve ser

socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo (SACHS, 2007).

Para tal, os estudos de impacto ambiental (EIA), de forma coerente devem considerar o meio físico, o biológico, os ecossistemas naturais e o meio socioeconômico. Tais estudos compõem o processo de licenciamento ambiental, situam-se entre os mecanismos regulatórios de fase estrutural, em que os projetos são submetidos às instâncias de licenciamento e são estabelecidos parâmetros para sua aceitação (RIGOTTO, 2009). Sendo assim, o estudo de impacto ambiental figura como um dos instrumentos para promoção da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável.

A avaliação de impacto ambiental (AIA) e a elaboração do relatório de impacto ambiental (RIMA), prerrogativas para o licenciamento ambiental são ferramentas para planejar a gestão ambiental (SÁNCHEZ, 2008) e para o alcance do desenvolvimento sustentável. Segundo Sabbagh (2011), a gestão ambiental é entendida como um processo participativo, integrado e contínuo, que visa promover a compatibilização das atividades humanas com a qualidade e a preservação e/ou conservação do patrimônio ambiental. Entretanto, para que a gestão ambiental seja alcançada precisa-se aprimorar a política ambiental, desenvolvendo instrumentos e ferramentas para a adequada prática da Gestão Ambiental. Sua aplicação pode ocorrer no dia a dia da população civil, nas corporações, nas organizações governamentais e não governamentais.

Na visão de Sánchez (2008) gestão ambiental refere-se ao conjunto de medidas de ordem técnica e gerencial que visa assegurar que o empreendimento seja implantado, operado e desativado em conformidade com a legislação ambiental e outras diretrizes relevantes, a fim de minimizar os riscos ambientais e os impactos adversos, além de maximizar os efeitos benéficos.

Além da avaliação de impactos ambientais, outros instrumentos podem ser utilizados para a gestão ambiental. Estes instrumentos são entendidos como a sistematização de procedimentos técnicos e administrativos para assegurar a melhoria e o aprimoramento contínuo do desempenho ambiental de um empreendimento ou de uma área a ser protegida e, em decorrência, obter o reconhecimento de conformidade das medidas e práticas adotadas (BITAR, ORTEGA, 1998).

Os instrumentos para gestão ambiental podem ser divididos em dois grupos, os de gerenciamento de empreendimentos: englobando rodovias, minerações, hidroelétricas, aterros sanitários; e os instrumentos para regiões geográficas delimitadas: englobando bacias

hidrográficas, áreas metropolitanas e costeiras. Na categoria dos instrumentos de empreendimentos, destacam-se: avaliação de impactos ambientais, Monitoramento Ambiental, Auditoria Ambiental, Análise de Riscos Ambientais, Investigação do Passivo Ambiental, Seguro Ambiental e Sistema de Gerenciamento Ambiental (BITAR, ORTEGA, 1998).

Para a gestão ambiental de regiões geográficas delimitadas há uma complexidade muito grande por trabalhar com um enorme número de variáveis, ou seja, aborda questões nas áreas sociais, econômicas, ambientais e políticas, envolvendo a comunidade, empresas e poder público, das mais diferentes formas. Para bacias hidrográficas, por exemplo, um bom instrumento para gestão ambiental são os consórcios intermunicipais. Em Unidades de Conservação os instrumentos mais utilizados são os: Planos de Manejo e o Zoneamento Ambiental, sendo que esses instrumentos apresentam um conteúdo e uma abordagem para cada tipo de unidade. Para áreas costeiras o principal instrumento é o Zoneamento Ambiental. O zoneamento limitará áreas de acordo com os recursos naturais existentes e o uso mais adequado a que se destina, definindo medidas e atividades que devem ser desenvolvidas, para a melhor forma de interação entre o recurso natural e o uso humano (BITAR, ORTEGA, 1998).

Destaca-se que o alcance dos objetivos da Gestão Ambiental, requer a observação de um novo modelo de desenvolvimento, alicerçado no princípio da Sustentabilidade, e este é denominado de desenvolvimento sustentável, de acordo com Sachs (2007), Ricklefs (2010), Dewes e Wittickind (2006) e Veiga (2010).

O Modelo de Desenvolvimento Sustentável encontra-se previsto na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988) em seu artigo 225, ao dispor que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Diversos indicadores têm sido desenvolvidos para subsidiar decisões com informações acerca do desenvolvimento sustentável. Dentre eles se destacam: Pegada Ecológica, Painel de Sustentabilidade (PS), Índice de Sustentabilidade Ambiental e Barômetro de Sustentabilidade (BS) (LUCENA, CAVALCANTE, CÂNDIDO, 2011).

A Pegada Ecológica foi lançada por Wackernagel e Rees (1996) como um indicador que estima a demanda ou a exigência humana sobre o meio ambiente, considerando-se o nível de atividade para atender ao padrão de consumo atual (com a tecnologia atual). É de certa

forma, uma maneira de medir o fluxo de ativos ambientais de que necessitamos para sustentar nosso padrão de consumo. Esta ferramenta procura contabilizar o consumo de recursos de um dado sistema econômico, atribuindo-lhe um valor de área ou porção de água equivalente (VAN BELLEN, 2002).

O Painel de Sustentabilidade foi desenvolvido por um grupo de instituições lideradas pelo *Consultative Group Sustainable Development Indicators* que, utilizando a metáfora de um painel de controle de automóvel, busca representar a sustentabilidade de qualquer unidade através da junção de três dimensões: econômica, social e ambiental (VAN BELLEN, 2002).

O Barômetro da Sustentabilidade (BS) é um indicador de avaliação que combina uma série de indicadores das mais variadas dimensões, relacionadas ao bem estar do meio ambiente e ao bem estar humano. Cada uma dessas duas grandes dimensões se subdivide em outras cinco dimensões. Para o meio ambiente elas são: terra, ar, água, espécies e utilização de recursos. Para a sociedade: saúde e população, riqueza, conhecimento e cultura, comunidade e equidade (LUCENA, CAVALCANTE, CÂNDIDO, 2011).

A Educação Ambiental representa importante papel neste contexto, por favorecer a formação de cidadãos críticos e comprometidos com o meio ambiente sustentável, como também, compõe a Política Nacional do Meio Ambiente para a Gestão sustentável dos recursos ambientais.

A expressão “Educação Ambiental” fora utilizada pela primeira vez em 1965, na Conferência de Educação da Universidade Keele, na Grã-Bretanha (SABBACH, 2011).

No Brasil, a Lei 9.795 de 27 de abril de 1999 dispõe sobre a Educação Ambiental e instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. Em seu art. 1º, educação ambiental corresponde aos processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

De acordo com Silva (2000) “A Educação Ambiental tem recebido ao longo de sua evolução vários conceitos, em decorrência da ampliação da concepção de meio ambiente e da evolução da percepção dos problemas ambientais”. Entretanto, segundo Pedrini (1997) o conceito de Educação Ambiental é ainda um processo em construção, pois a Educação Ambiental ainda é uma área emergente do conhecimento humano.

Silva (2000) conceitua Educação Ambiental como um processo educativo contínuo, permanente, dinâmico, criativo, interativo, com enfoque interdisciplinar, que permite aos

seres humanos conhecer as leis que regem a natureza, compreender as relações e interações existentes entre eles, os seres vivos e o ambiente, reconhecer os problemas ambientais globais e locais e valorizar os aspectos sociais, históricos, éticos e culturais do ambiente onde estão inseridos; adquirindo assim, habilidades e competências para solucionar os seus problemas e construir para a consciência ambiental pautada na mudança de atitudes e de comportamentos, na solidariedade e no exercício da cidadania.

Em conformidade com Silva (2009) o modo como o ser humano reconhece e interage com o meio ambiente a sua volta é dependente de sua percepção ambiental. Para Melazo (2005), corresponde a um processo ativo da mente em conjunto com os sentidos. Uma vez captadas as sensações através dos sentidos humanos e valoradas por meio da cognição, norteiam as atitudes dos indivíduos de forma consciente e inconsciente em associadas com suas crenças, valores, fatores sociais, econômicos e sociais (SANTOS *et al.*, 2013).

Para que o desenvolvimento econômico de um país atinja a sustentabilidade, a identificação da percepção ambiental, bem como, as formas de interações predominantes, é essencial (JUNGLHAUS, 2003), por favorecer o delineamento de estratégias de intervenção que suscitam mudanças significativas, portanto, ações sustentáveis.

A Educação Ambiental insere-se na capacidade de educar para a sensibilização quanto à sustentabilidade (SILVA; LEITE, 2008). O papel dos educadores e das educadoras é imprescindível para impulsionar as transformações de uma educação que assume um compromisso com a formação de valores de sustentabilidade, como parte de um processo coletivo (JACOBI, 2003; SANTOS, SILVA, 2011).

Sendo a educação formal um dos instrumentos para a ruptura, apropriação e construção de cultura (PARO, 2010) diversas estratégias têm sido adotadas visando a sensibilização da população através da inserção da dimensão ambiental no cotidiano do ambiente escolar. Entretanto, conforme Marin, Oliveira e Comar (2003) estas não têm sido eficientes para mudança de percepção de educandos e educandas, devido à carência de aparatos teóricos metodológicos, provocada pela deficiência ou inexistência de formação inicial em Educação Ambiental. Santos e Silva (2011) apontam também como um dos possíveis problemas para a Educação Ambiental não ter alcançado, ainda, o efeito desejado a formação inicial dos profissionais.

Entende-se que as ações dos atores sociais devem ser articuladas para atingir transformação. Os principais fatores que impedem a mudança de atitudes das pessoas

mediante os problemas ambientais é a dificuldade em sensibilizar e motivar a consciência ambiental.

Figueiredo e Guarim Neto (2009) buscaram compreender a percepção ambiental de um grupo de empresários do município de Sinop - MT. As condições ambientais salientadas pelo grupo de entrevistados foram quase sempre aquelas evidenciadas pela mídia televisiva, ou aquelas que estão presentes no dia a dia, tais como: queimadas, resíduos sólidos, desmatamento e esgoto. Apesar da influência da mídia, alguns aspectos ambientais importantes na atualidade não foram citados, como a necessidade de recuperação de nascentes, os agrotóxicos, os transgênicos, a biopirataria e o tráfico de animais silvestres. Do universo de 17 entrevistados apenas um declarou não ter ouvido falar de educação ambiental e os que ouviram tomaram contato através das escolas e de matérias veiculadas pela televisão. Questionados sobre o que poderiam fazer para minimizar os problemas ambientais, quase todos apontaram a responsabilidade para as entidades governamentais demonstrando, principalmente, impotência frente aos problemas sócio ambientais.

Tendo em vista que Educação Ambiental não pode ser trabalhada como uma disciplina na educação formal, por não permitir a formação da visão crítica e da consciência ambiental e, por conseguinte, transformação, é fundamental motivar mudanças no processo ensino aprendizagem, fundamentando-se nos princípios da educação libertadora e crítica (SANTOS, SILVA, 2011).

A Educação Ambiental, por seu caráter humanista, sistêmico, interdisciplinar e participativo, pode contribuir para renovar o processo educativo, provocando a permanente avaliação crítica, a adequação dos conteúdos às situações e realidades locais e o envolvimento dos discentes (educandos) em ações concretas de transformação desta realidade (LOUREIRO, 2009).

De acordo com a Conferência de Tbilisi em 1977, para realmente abordar seus princípios e atingir seus objetivos, a Educação ambiental requer, uma ampla gama de métodos e do preparo dos educadores para que através desta, desenvolvam a capacidade que permita modificar percepções e valores incoerentes e que causam diversos impactos ambientais, com a consequente: ação - transformação.

O art. 4º da Lei que trata a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9.795/99, enumera os seguintes princípios básicos para a educação ambiental: enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio econômico e o cultural, sob o

enfoque da sustentabilidade; o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; a permanente avaliação crítica do processo educativo; a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural (BRASIL, 1999).

Segundo a Lei 9.795/99, em seu art. 2º, a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. No que diz respeito à avaliação de impacto ambiental, Educação Ambiental constitui um instrumento para a formação e mobilização dos diferentes atores sociais. Portanto, na perspectiva não formal.

“Educação Ambiental pode ser considerada um dos principais instrumentos de mudança para o atual quadro que retrata o meio ambiente, podendo proporcionar a garantia da sobrevivência para humanidade e para os demais elementos do meio ambiente” (SILVA, 2000).

4 METODOLOGIA

4.1 Caracterização da pesquisa

O estudo executado foi de caráter qualitativo e exploratório. Por meio do método da observação, os impactos desencadeados no Parque do Povo durante a realização do “Maior São João do Mundo” foram identificados e posteriormente, com estudo bibliográfico, foi feita a avaliação dos mesmos, verificando-se as potencialidades do evento (impactos positivos), bem como suas fragilidades (impactos negativos), propondo medidas potencializadoras para os impactos positivos e medidas mitigadoras ou compensatórias para os impactos negativos, que não puderem ser evitados.

4.2 Área de estudo

O Parque do Povo (Fig. 2) está localizado no centro da cidade paraibana Campina Grande (Fig. 1), que se localiza na Mesorregião Geográfica do Agreste Paraibano, na Zona Centro Oriental da Paraíba no planalto da Borborema (SILVA; SILVA; COSTA, 2013). Campina Grande possui uma área de 621 km², representando 1.0996% do Estado da Paraíba, 0.0399% da Região e 0.0073% de todo o território Brasileiro.

A sede do município tem uma altitude aproximada de 551 metros, distando 112,9726 km da capital, João Pessoa (BRASIL, 2005, p. 2). É dividido em quatro distritos: Campina Grande, Catolé, São José da Mata e Galante (IBGE, 2014).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014) no censo de 2010, a população total do município de Campina Grande era 385.213 habitantes com densidade demográfica de 648,31 hab/km². Entretanto, estimativas atuais apontam para uma população que ultrapassa os 400.000 habitantes.

Campina Grande é a segunda cidade mais populosa do estado da Paraíba, e exerce influência política e econômica sobre um conjunto de cinquenta e sete cidades paraibanas circunvizinhas que estão inclusas na área denominada Compartimento da Borborema, que é por sua vez constituída de cinco microrregiões: Agreste da Borborema, Brejo Paraibano, Cariris Velhos, Seridó Paraibano e Curimataú (SILVA; SILVA; COSTA, 2013).

Diversos eventos culturais compõem o calendário turístico do município, com destaque para as Vaquejadas, o Festival de Inverno e “O Maior São João do Mundo”. Este título foi conferido para os festejos juninos da cidade pela EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo). É um evento anual de grande sucesso e repercussão, em que a grande maioria

das atividades festivas ocorre no Parque do Povo (Fig. 2), local este que ocupa uma área de 42.000m² e foi construído no ano de 1983 (NÓBREGA, 2010).

Figura 1. Estado da Paraíba, em destaque o município de Campina Grande.



Fonte: Ministério de Minas e Energia, Brasil, 2005.

De acordo com informações prestadas pela Secretaria de Turismo e Eventos da Prefeitura Municipal de Campina Grande, na edição de 2014 para “O Maior São João do Mundo” no Parque do Povo foram: 85 *shows* (no palco principal), 288 trios de forró, cerca de três por cada palhoça e pirâmide, 02 palcos (O palco principal e o da Pirâmide), 03 palhoças (duas palhoças e o palhoção “Marinês e sua Gente”), 242 unidades de comércio, sendo: 22 restaurantes com 100 m², 14 barracas com 30 m², 59 barracas de 15 m², 18 barracas de alimentação, 47 barracas na área de *shows* e 72 quiosques.

4.3 Amostragem e análise de dados

Na primeira semana de julho de 2014 foram realizadas visitas ao Parque do Povo, a fim de identificar por meio da observação, os impactos ambientais desencadeados pelos festejos do “Maior São João do Mundo” no referido local. Fora montado um *checklist* para os

principais impactos identificados, positivos e negativos, que posteriormente, foram analisados e avaliados por meio de matrizes recomendadas para a avaliação de impactos ambientais (Quadros 1 e 2). Os impactos foram analisados levando-se em consideração: tipo de impacto: positivo ou negativo; grau: alto ou baixo; Efeito: Direto ou Indireto; Abrangência: local, estadual, regional ou nacional; Ocorrência: curto, médio ou longo prazo e dimensão: ambiental, social, econômica, política ou cultural.

Fora definida uma Área de Interferência Direta (AID) do evento (Fig. 3) e todo o município de Campina Grande e cidades circunvizinhas foram tratadas como Área de Interferência Indireta.

Figura 2. Projeto do Parque do Povo para “O Maior São João do Mundo”, 2014.



Fonte: Secretaria de Turismo e Eventos, Prefeitura Municipal de Campina Grande, 2014.

Com o propósito de obter informações preliminares acerca da percepção dos indivíduos que estão dentro ou fora da Área de Interferência Direta (AID) do evento, foi desenvolvido um roteiro para entrevista semiestruturada com 11 perguntas (Apêndice A). As entrevistas foram aplicadas a 20 diferentes atores sociais que estão diretamente relacionados ao evento em estudo: um proprietário de Hotel, um comerciante, um segurança de Hospital, próximo ao local do evento, duas artesãs, dois funcionários do Terminal de integração de Campina Grande, cinco pessoas aleatórias no mesmo terminal, dois mototaxistas, dois taxistas, dois residentes dos arredores do evento e dois estudantes universitários.

Foram elaboradas tabelas e gráficos (Excel) - demonstrados no item 2.3.2 Consulta e participação pública - com os resultados obtidos a partir das entrevistas, a fim de verificar a percepção dos entrevistados acerca do evento “O Maior São João do Mundo” no Parque do Povo.

Figura 3. Área de Interferência Direta do “Maior São João do Mundo” no Parque do Povo.



Fonte: Google, 2014.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Avaliação dos impactos positivos

Dentre os impactos positivos identificados no Parque do Povo durante a realização do “Maior São João do Mundo”, edição 2014, destacam-se os que estão elencados por meio do Quadro 1.

Quadro 1. Impactos positivos identificados e avaliados que são provocados no Parque do Povo durante “O Maior São João do Mundo”.

| Nº. | Impacto | Grau | Efeito | Abrangência | Ocorrência | Dimensão |
|-----|--------------------------------|------|--------|---------------|------------|--------------------|
| 1 | Geração de emprego e renda | Alto | Direto | Estadual | Curto | Econômica |
| 2 | Valorização cultural | Alto | Direto | Nacional | Curto | Cultural |
| 3 | Turismo | Alto | Direto | Internacional | Curto | Social e econômica |
| 4 | Lazer | Alto | Direto | Internacional | Curto | Social |
| 5 | Impulso no comércio | Alto | Direto | Regional | Curto | Econômica |
| 6 | Movimentação na rede hoteleira | Alto | Direto | Regional | Curto | Econômica |

Durante “O Maior São João do Mundo” ocorre a dinamização dos setores produtivos na cidade de Campina Grande e região, gerando emprego e renda temporários para a população. Isto representa um impacto positivo de alto grau, com efeito direto na economia dos setores envolvidos na realização do evento.

O município prepara-se para receber turistas de diversas localidades do Brasil e do Mundo, o que desencadeia efeitos diretos sobre a rede hoteleira, que passa a atender diariamente um número superiormente maior de pessoas quando comparado com outras épocas do ano. Atrélado a este fator está o benefício monetário para o comércio, onde a procura pelos bens de consumo e serviços apresenta um aumento significativo, provocando impactos positivos consideráveis na economia.

Nóbrega (2012) afirma que as festas populares brasileiras se efetivam em constantes crescimentos, identificadas como produtos de investimentos e ganhos financeiros de importância, movimentam altos valores em sua produção e envolvem setores produtivos rentáveis, nos moldes de bens de consumo de massa, conforme o interesse que desperta em investidores, patrocinadores, governos, cadeia produtiva do turismo, mídia, entre outras áreas da economia.

Nóbrega (2010) demonstrou que o montante financeiro investido para a realização do “Maior São João do Mundo”, no ano de 2007, foi na ordem de R\$ 4.567.807,52. Bartholomeu (2008) afirmou que em 2008 o custo do “São João” foi estimado em R\$ 4,2 milhões, sendo R\$ 3 milhões dos patrocinadores e R\$ 1,2 milhão do governo municipal, órgão responsável pela realização do evento.

O site oficial do evento, administrado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Campina Grande, dias antes do início da festa na edição de 2009, publicou a matéria “São João de Campina Grande assegura crescimento no PIB municipal”, título que evidencia a informação sobre o incremento da economia local derivada do evento. O então Gestor municipal ressaltou que, além da perspectiva de atrair 1,5 milhões de pessoas para a cidade, os festejos do Maior São João do Mundo conseguirão, nesses 31 dias de festa, incrementar a economia da cidade e aumentar o número de empregos temporários. De acordo com um levantamento da Codemtur - Coordenadoria Municipal de Turismo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDE), em 2008 os festejos juninos proporcionaram um impacto de quase R\$ 16 milhões no PIB (Produto Interno Bruto) de Campina Grande.

Diante disto pode-se inferir que “O Maior São João do Mundo” faz parte do notável fenômeno brasileiro relativo às festas públicas, com temática que explora costumes, tradições e rituais, antigamente espontâneos, mas agora produtos comerciais pertencentes aos novos circuitos do mundo das trocas mercantis, das atividades financeiras rentáveis, que realmente incrementam as economias locais.

Moutinho *et al.* (2008) descrevem como primeira etapa de investimentos para “O Maior São João do Mundo” a de planejamento. Em seguida, cita a etapa de construção e montagem das instalações no Parque do Povo como a segunda fase de investimentos, momento em que os gastos de maior magnitude são realizados e, efeitos multiplicadores iniciam sua dinâmica na economia local. Entre os itens que materializará estes investimentos estão: barracas e quiosques, montagem de espetáculos cênicos, musicais e de canto, postos policiais e de informações turísticas, instalações elétricas e hidráulicas, iluminação. As indústrias e serviços mais afetados nesta fase são: metalurgia, elétrica, movelaria, tintas, armazéns de construção e empresas de transporte de cargas.

Após a montagem física da infraestrutura do Parque do Povo a etapa seguinte pode ser descrita como instalação de equipamentos, os quais se originam de outras cadeias produtivas: eletroeletrônicos, utensílios de cozinha e mobiliários. Os principais setores impactados são o comércio e a prestação de serviços especializados. Instalados os equipamentos, segue-se a

produção dos bens e serviços que compõem o espetáculo, tais como manipulação e preparação de alimentos, transporte de equipamentos e pessoal, montagem do palco, dos instrumentos da banda, microfones, mesa e caixas de som, etc. (MOUTINHO *et al.*, 2008).

Mediante estas questões é evidente o grande impacto econômico positivo que ocorre durante todos os dias de realização do evento. “O Maior São João do Mundo” atrai turistas de diversos lugares do Brasil e do Mundo. Com este acontecimento a cidade disponibiliza serviços voltados ao evento, como a limpeza da cidade, que nesse momento torna-se mais visada, além de mão de obra temporária para a montagem das estruturas do Parque do Povo, gerando emprego e renda temporários. Ocorre também aumento significativo nas entradas em hotéis, bem como aluguéis de imóveis, serviços de táxi, etc. mudando completamente a rotina da cidade.

A Assessoria de imprensa da Prefeitura Municipal de Campina Grande atesta que o evento movimenta cerca de 50 setores da economia local, sendo fonte de geração de renda e riqueza não apenas para os cofres públicos, com aumento da receita de impostos, e empresas, em especial da cadeia produtiva do turismo. Hotéis completam sua capacidade com reservas efetivadas meses antes do evento, residências particulares são cadastradas para locação e também encontram a mesma demanda. Restaurantes, bares, lanchonetes, supermercados necessitam aumentar seu quadro de pessoal e o comércio local, em sua totalidade triplica seu faturamento em relação ao movimento normal dos demais meses do ano.

Além destas questões econômicas, o evento é fundamental para o incentivo e valorização da cultura regional. Manifestações culturais como as quadrilhas juninas tradicionais e estilizadas possuem um grande espaço no período dos festejos juninos. As comidas típicas, casamentos coletivos, salões de artesanato e grupos/bandas musicais possuem também o seu espaço na realização do evento. Promovendo assim, a união entre diferentes segmentos sociais em busca de uma comemoração de São João que é tradição em Campina Grande e no Nordeste brasileiro.

De acordo com Silva e Carvalho (2010) os eventos juninos apresentam-se como momentos de comemoração e conagração popular que possuem o seu enraizamento e organização no interior de uma determinada comunidade, sendo importantes no processo de coesão social e de reforço da memória e dos valores identitários de uma região. As festas e celebrações populares se caracterizam como bens simbólicos, estando associados à vivência coletiva e às criações e recriações comunitárias, sendo consideradas expressões culturais que particularizam determinado grupo e região.

Por meio do patrimônio cultural, em suas mais variadas manifestações, o turismo tem conquistado visibilidade e valorização num mercado global sempre muito competitivo. Igualmente, o contato com outra realidade e o intercâmbio de experiências geradas pelo turismo são importantes mecanismos de elevação da autoestima e orgulho das comunidades e, portanto, de fortalecimento dessas manifestações, além de proporcionar a interação e o respeito entre visitantes e anfitriões (BARRETO, 2000).

Construções cenográficas ganham lugar no Parque do Povo na realização do “Maior São João do Mundo”, tais como: A cenografia da Vila Nova da Rainha, primeira Vila do município de Campina Grande, a Catedral de Nossa Senhora da Conceição, o antigo telégrafo da cidade, além de cenografias usadas por empresas particulares como o histórico Cassino de Campina Grande que neste ano fora utilizada pelo Restaurante “Bar do Cuscuz”.

A festa junina tem em sua identidade, diversas características da cultura local e regional, na qual tem suas bases na tradição nordestina. As imagens, sons, ritmos, crenças, valores, representações, práticas e manifestações, são elementos de forte tradição cultural e social, mas que nem sempre de fácil identificação de suas origens e até mesmo proveniente de várias raízes.

A festa junina é um evento que agrega diversos valores culturais de diferentes procedências e contextos em um único. Atualmente, o evento se tornou um mix cultural, pois uniu uma variedade de práticas sociais e elementos simbólicos tais com: míticos, rurais, urbanos, tradicionais, modernos, sagrados, profanos, cuja suas significações unem-se uma as outras.

5.2 Proposição de medidas potencializadoras

Foi possível observar na avaliação dos impactos positivos, em tópico anterior, como o comércio local é dinamizado durante o mês de junho, aspecto este que permite evidenciar a importância econômica do “Maior São João do Mundo”, principalmente no Parque do Povo, que se potencializa ao ser apropriado de forma simbólica, com resultados financeiros reais, por muitas empresas, diferentes marcas que se aproveitam da grandiosidade da festa, maior movimentação de pessoas na cidade, emotividade do espírito junino e suas práticas lúdicas que induzem ao maior consumo, para aumentar seus lucros, sem nada contribuir em termos de patrocínio ou acordos afins.

Como medida potencializadora, em relação ao emprego e renda, podem-se adotar ações como: facilitação pela administração pública nos trâmites burocráticos para mais empresas e diferentes setores do comércio conseguirem instalar-se no Parque do Povo durante

a realização do evento, bem como possíveis reduções de impostos para estas entidades, a legalização de mais comerciantes informais que participam do evento, uma constante e maior divulgação do evento, não sendo restrita aos meses que antecedem a realização do evento, bem como serem realizadas em nível nacional e internacional, pois isto culminaria em um público maior, aumentando assim a geração de renda na cidade. Além de investimentos para qualificação dos profissionais envolvidos nos diversos setores do empreendimento, o que levaria a uma melhor remuneração destes servidores, bem como a oferta de um melhor serviço ao público.

Tais medidas corroboram com o pensamento de Köhler e Durand (2007). Para estes autores, no contexto turístico, as festividades juninas são utilizadas como fator catalisador de fluxos de visitantes, e conseqüentemente, podem gerar oportunidades de dinamização econômica para diversas localidades. Em nível nacional emergem exemplos de cidades e regiões que sofreram um processo de regeneração urbana em virtude do estabelecimento de políticas culturais. Estas, ao dinamizar as atividades de lazer e entretenimento, com a multiplicação de festivais, roteiros e atrações, vislumbram oportunidades de desenvolvimento econômico por intermédio da inserção desses lugares no mercado de consumo turístico.

Em relação às manifestações culturais relacionadas ao evento, sugerem-se melhores incentivos em termos de fomento aos diversos seguimentos culturais que possuem espaço de atuação no Parque do Povo, bem como no Maior São João do Mundo.

Maximino Ferreira de Lima Filho, presidente da ASQUAJUCG (Associação de Quadrilheiros Juninos de Campina Grande) em 2014, bem como demais membros da associação e quadrilheiros juninos, relatam que é necessário à valorização dos segmentos culturais em relação às estruturas para suas apresentações, bem como melhorias nas premiações para aqueles brincantes juninos que participam de competições, tais como: Melhor Casal de Noivos, melhor Rainha e melhor Casal Junino do “Maior São João do Mundo”. Na perspectiva dos quadrilheiros, os incentivos financeiros por parte dos gestores municipais e estaduais é incipiente para os reais orçamentos que se geram ao longo do processo de produção e realização das quadrilhas juninas durante os festejos juninos.

Nos últimos anos o sentido religioso da festa perdeu espaço para os grandes espetáculos. Não são feitas referências a simpatias e quermesses e o nome dos santos do ciclo junino só são lembrados como nomes quase que comuns, deixando de lado o significado religioso de cada santo e conseqüentemente da festa.

Houve uma perda de características da “quadrilha tradicional” que não se resumem somente ao teor religioso, como também às mudanças nas músicas, ritmos, figurinos, personagens e práticas em geral, sem esquecermos-nos de apontar uma das mais notórias mudanças, que são os locais onde ocorrem as apresentações das quadrilhas. Que embora tentem trazer para o público uma imagem do sertanejo, com a montagem de cidades cenográficas onde retratem um pouco do cotidiano no sertão, a festa é tida como um espetáculo.

Diante destas fragilidades sugere-se o resgate da “tradicionalidade” do evento, no tocante às tradições locais supracitadas, características dos festejos juninos. Ressaltando também a importância das “quadrilhas estilizadas”, como manifestação importante na realização do evento. Para isto, faz-se necessário uma maior divulgação da participação destes movimentos culturais durante os festejos juninos.

Nesta abordagem da valorização cultural, o aumento do número de palhoças que promove a cultura tradicional do “farró pé de serra” deve ser estimulado. Além de profissionais qualificados que expliquem o porquê das cenografias que remetem ao passado e presente da cidade de Campina Grande. Propõe-se também o aumento do número de instalações das lojas de produtos artesanais localizados no Parque do Povo que remetem a cultura do povo nordestino.

5.3 Avaliação dos impactos negativos

Assim como “O Maior São João do Mundo”, em sua maior parte centralizado no Parque do Povo, acarreta impactos sociais e econômicos significativos, os impactos ambientais oriundos deste evento também apresentam suas significâncias.

Estudos sociológicos e antropológicos, como os realizados por Moutinho *et al.* (2008) e Nóbrega (2010) tiveram uma abordagem cultural e econômica sobre o evento. Estudos que tenham como objetivo a análise dos impactos ambientais desencadeados por esta manifestação cultural são escassos ou incipientes. Isto pode ser observado em demais estudos desenvolvidos no Brasil, como o realizado por Costa *et al.* (2008) que analisaram a Economia durante O Círio de Nazaré de Belém. Campos *et al.* (2008) que investigou a competitividade sistêmica local e as possibilidades do arranjo produtivo local (APL) de turismo em Florianópolis, em que não houveram abordagens sobre os impactos ambientais desencadeados pelas práticas humanas nestes empreendimentos. Castro (2008), Lustosa e Lages (2008)

verificaram, respectivamente, o APL de turismo de Pirenópolis (GO) e o APL do turismo de Lagoa e Mar, Alagoas, ambos desconsideraram uma análise ambiental em seus estudos.

Bourlegart (2008) em seu trabalho sobre a Cultura organizativa do APL de ecoturismo de Bonito, Serra do Bodoquena, Mato Grosso do Sul, apresenta uma abordagem excepcional sobre Sustentabilidade Ambiental e socioeconômica. Cassiolato *et al.* (2008) em seu estudo: “Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais em atividades culturais e políticas para a sua promoção” discorre sobre a sustentabilidade e políticas públicas para sua promoção.

Diante disto, a identificação e avaliação de impactos ambientais negativos provocados por manifestações culturais são essenciais como um instrumento da gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável. Nesta perspectiva, foram identificados e avaliados diferentes impactos negativos, os quais estão exposto através do Quadro 2. Nesta avaliação, foi acrescentada a análise de reversibilidade dos impactos.

Conforme constatado na matriz de avaliação dos principais impactos ambientais (Quadro 2), 89% dos impactos negativos são reversíveis, o que permitiu a proposição de medidas mitigadoras. Para o impacto que figurou como irreversível propõe-se medida compensatória.

Quadro 2. Impactos negativos identificados e avaliados que são provocados no Parque do Povo durante “O Maior São João do Mundo”.

| Nº. | Impacto | Grau | Efeito | Abrangência | Ocorrência | Dimensão | Reversibilidade |
|-----|------------------------------|-------|--------|---------------|------------|-----------|-----------------|
| 1 | Geração de resíduos | Grave | Direto | Local | Curto | Ambiental | Reversível |
| 2 | Aumento da violência | Grave | Direto | Local | Curto | Social | Reversível |
| 3 | Congestionamento no trânsito | Grave | Direto | Local | Curto | Social | Reversível |
| 4 | Maior contaminação por DSTs | Grave | Direto | Internacional | Curto | Social | Reversível |
| 5 | Mais ocorrência de acidentes | Grave | Direto | Local | Curto | Social | Reversível |
| 6 | Contaminação do ambiente | Grave | Direto | Local | Curto | Ambiental | Reversível |
| 7 | Poluição sonora | Grave | Direto | Local | Curto | Ambiental | Irreversível |
| 8 | Consumo excessivo de água | Grave | Direto | Local | Curto | Ambiental | Reversível |
| 9 | Excessiva produção de esgoto | Grave | Direto | Local | Curto | Ambiental | Reversível |

A produção de resíduos sólidos representou um impacto ambiental negativo bastante significativo nas observações realizadas. De acordo com o Plano Municipal de Resíduos

Sólidos da cidade, são produzidas diariamente em média 226,63 toneladas de resíduos sólidos domiciliares, sendo a produção diária 0,64 kg/habitante/dia (CAMPINA GRANDE, 2014). Diante disto, pode-se inferir que no período do “Maior São João do Mundo” em que a cidade apresenta uma população muito superior ao normal, fruto do turismo (na escala dos milhões) e também porque os padrões de consumo aumentam consideravelmente, devido às festividades, a produção de resíduos sólidos torna-se significativamente maior, figurando como um impacto negativo no ambiente bastante relevante.

De acordo com a Lei 12.305/12 em seu Art. 3º, inciso XVI, resíduo sólido constitui material, substância, objeto ou bem descartado, resultante de atividades humanas em sociedade, cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos, cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d’água, ou exijam para isso, soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

Foram observados em diferentes pontos do Parque do Povo no período pós-festejos diários, normalmente pela manhã, grande quantidade de resíduos produzida, deixada em locais impróprios, até a coleta pelos órgãos competentes da Prefeitura Municipal.

O acúmulo inadequado de resíduos sólidos pode provocar problemas de ordem ambiental, sanitária, econômica e social. Foi comum a observação de animais vetores de doenças humanas, como moscas, baratas e cães nas proximidades dos locais de depósito dos resíduos, o que torna a problemática dos resíduos sólidos também uma questão de saúde pública, exercendo efeitos diretos e negativos na dimensão sanitária e social.

Na dimensão ambiental, os resíduos podem provocar consequências desastrosas ao meio ambiente, tais como: esgotamento de recursos naturais renováveis e não renováveis e contribuir para o aumento do efeito estufa e do buraco na camada de ozônio; poluição do ar, solos e águas (riachos, rios, lagos, açudes, mares, mangues e lençóis d’água), além da poluição visual que destrói as paisagens naturais (SILVA, 2012).

Silva e Campos (2008) afirmam que o acúmulo de resíduos sólidos orgânicos em lixões beneficia a ação de organismos anaeróbios, conseqüentemente, a geração de chorume e gases, em geral, indesejáveis. Alguns desses gases exalam odores fétidos, outros fazem parte do grupo de gases do efeito estufa, contribuindo com o aquecimento global.

Estes materiais produzidos e descartados no evento podem ser rejeitos para muitos, porém para alguns é fonte de recurso financeiro para si e sua família. O que representa o

efeito positivo direto das práticas de separação, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos na dimensão econômica e social.

No que se refere ao aumento da violência, dados da Polícia Militar de Campina Grande, apontaram para a edição de 2012 um número de 232 apreensões. Uma quantidade três vezes maior do que em 2011. É comum durante a realização do evento no Parque do Povo eventos de violência como o caso da criança de nove anos de idade que foi espancada e estuprada no Parque do Povo na madrugada de 21 de Junho de 2012. O médico que atendera a criança, bem como o Conselho Tutelar confirmaram que ela foi estuprada. A Polícia Militar acreditou que a ação foi realizada por mais de uma pessoa, mas não soube informar quantas exatamente. A criança teria sido obrigada a ingerir bebida alcoólica antes de ser atacada, segundo a polícia (G1 PB, 2012). Eventos como estes evidenciam a ausência das forças policiais em locais estratégicos, bem como a exposição que todos os atores envolvidos no processo se submetem ao participarem dos festejos no Parque do Povo.

Na edição de 2014, um homem foi assassinado por arma branca em frente ao palco principal do Parque do Povo. A vítima ainda chegou a ser socorrida pelo SAMU para o Hospital de Emergência e Trauma da cidade, mas antes de chegar ao Hospital faleceu. Para este ano na cidade foram registrados 71 homicídios (PB AGORA, 2014). Isto evidencia um problema grave da cidade de Campina Grande, a violência, e no mês de junho com os festejos juninos o número de assaltos, homicídios e as mais variadas formas de crime tendem a aumentar, de acordo com relatos de campinenses entrevistados.

Outro impacto ambiental grave observado no Parque do Povo fora o consumo excessivo e irracional de água. Os bares, lanchonetes, quiosques e banheiros químicos fazem uso de água de maneira insustentável.

Isto é bastante preocupante tendo em vista o nosso quadro atual de abastecimento, por parte do Reservatório Epitácio Pessoa, comumente chamado de Boqueirão. Em 2012, com a estiagem evidenciada, o problema da segurança hídrica passou novamente a ser discutida com a população abastecida pelo açude de Boqueirão, e as expectativas de um novo racionamento, pois as precipitações ocorridas na bacia do rio Paraíba em 2013 também não foram suficientes para normalizar o volume de água do açude (LOURENÇO, 2014).

De acordo com dados da AESA (Agência Executiva das Águas do Estado da Paraíba) de 5 de novembro de 2013, o volume de água do açude era de 168.916.238 m³, o que correspondia a 41% de sua capacidade de armazenamento. Nessas condições, se a quadra chuvosa no Cariri Oriental não iniciasse no final dezembro e início de 2014 e/ou o volume de

água captado não atingisse um nível considerável para garantir a segurança hídrica de abastecimento de 2014/1015, o município de Campina Grande e os demais abastecidos pelo açude entrariam em racionamento já no início de 2014 (LOURENÇO, 2014).

Diante disto, em que a população campinense está vivendo uma crise de abastecimento de água prolongada devido a fatores climáticos, as práticas insustentáveis quanto ao consumo da água figuram como ações altamente impactantes e comprometedoras da qualidade de vida da população.

Efetivamente, a crise de água no Brasil, nestes últimos anos, em especial neste ano de 2014, na região Nordeste e em outras regiões do Brasil como a Sudeste, em que ocorreram eventos problemáticos de abastecimento de água na grande São Paulo, maior metrópole da América Latina, resulta da intervenção altamente predatória neste espaço, levando ao efeito perverso de aplicar, a um fenômeno marcadamente estrutural, políticas seladas pela visão conjuntural que induzem ao cultivo do problema.

Os problemas resultam basicamente da falta de gestão efetiva das ações desenvolvimentistas em geral e da água em particular. Ao contrário, estimulam-se urbanização e industrialização – mediante incentivos vários – em áreas nas quais já se tem escassez de água para abastecimento. Ademais, a qualidade da água dos mananciais utilizados é degradada pelo lançamento – deliberado ou tolerado – de esgotos domésticos e industriais não tratados ou tratado parcialmente, uso e ocupação inadequada do meio físico e outros fatores impactantes.

Silva (2012) afirma que nosso planeta tem realmente abundância de água. Porém, não está disponível totalmente para o uso humano e até de outros seres vivos. A quase totalidade (97, 2%) de toda água da Terra encontra-se nos oceanos e 2,15% estão congeladas (geleiras e icebergs). Esteves (1998) diz que somente 0,65% correspondem à água doce, sendo que deste percentual, cerca da metade está localizada abaixo dos 800 m de profundidade, constituindo-se em reservas de difícil acesso ao homem.

A baixa eficiência dos serviços de saneamento básico, situação caracterizada pelas grandes perdas de água tratada nas redes de distribuição (entre 25 e 60%) (LOURENÇO, 2014), grandes desperdícios gerados pela cultura da abundância, pelo absolutismo nas empresas e pela ineficiência dos equipamentos (torneiras e descargas sanitárias em especial) são fatores que contribuem diretamente para o consumo inadequado da água.

O consumo excessivo e irracional da água termina por desencadear outro impacto bastante significativo, que é o excesso de produção de esgoto. Silva (2012) demonstra que na

Paraíba, apenas 16 municípios contam com estação de Tratamento de Esgoto, muitas destas estações não estão funcionando devidamente. Campina Grande possui uma estação de tratamento de esgoto constituída de duas lagoas de estabilização obsoletas, que não atendem a demanda de esgotos produzidos no município e aos seus objetivos de implantação: tratamento de esgoto. Diante disto, provavelmente torna-se preocupante a quantidade de esgoto produzida no Parque do Povo durante a realização dos festejos juninos, pois se a cidade não apresenta condições de tratar o esgoto produzido rotineiramente, com a realização do evento o destino destes materiais de águas residuais torna-se ainda mais preocupante.

O sistema de coleta e tratamento de esgotos domésticos é um dos pressupostos básicos para um ambiente saudável, garantindo qualidade de vida e preservação e/ou conservação do Meio Ambiente. A utilização adequada do sistema proporciona o restabelecimento da pureza das águas e sua falta pode ocasionar sérios danos ao Meio Ambiente, à saúde e à qualidade de Vida.

5.4 Consulta e participação pública

As entrevistas aplicadas aos diferentes atores sociais diretamente relacionados com o Parque do Povo (Apêndice A), objetivaram verificar a percepção quanto à duração do evento, localização, espaço e organização, comparando-se com as edições anteriores (Figuras 4 a 8).

Na percepção da maioria dos entrevistados, o evento possui uma duração longa (65%) (Fig. 4). Em relação à localização e ao espaço um número significativo (55%) considerou viável (muito bom- 10%; bom-45%) (Fig. 5) . Quanto à organização, a maior parte dos entrevistados (65%) ponderou o evento em 2014 organizado (bem organizado – 10% e organizado- 55%) (Fig. 6).

Figura 4. Percepção dos entrevistados sobre a duração do “Maior São João do Mundo” no Parque do Povo, Campina Grande-PB, 2014.

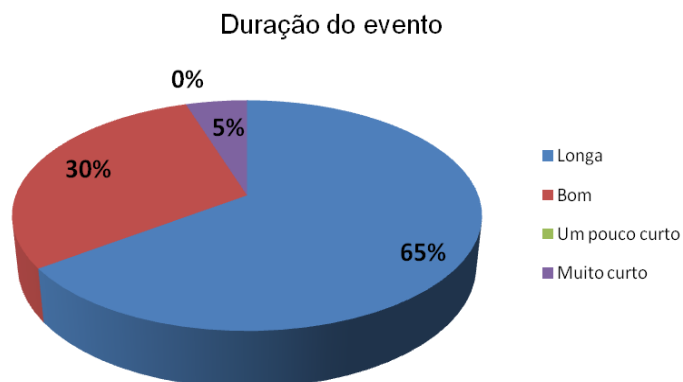


Figura 5. Percepção dos entrevistados sobre a localização e espaço do “Maior São João do Mundo” no Parque do Povo, Campina Grande-PB, 2014.



Figura 6. Percepção dos entrevistados sobre a organização do “Maior São João do Mundo” no Parque do Povo, Campina Grande-PB, 2014.



Na percepção da maioria dos entrevistados, o evento possui uma longa duração (65%), o que pode comprometer as atividades rotineiras dos cidadãos campinenses. Em relação à localização do evento, a maioria dos entrevistados aprova, pois para os mesmos o Parque do Povo ocupa área privilegiada na cidade, de fácil acesso à população, tendo em vista que é próxima do Terminal de Integração, mas ressaltaram os congestionamentos na principal via de acesso, a Floriano Peixoto. Quando a maioria considerou o evento organizado, referiu-se às instalações físicas do Parque do Povo, as condições aparentes dos restaurantes, palcos, palhoças, bares, barracas e quiosques.

Os entrevistados quando puderam comparar a edição de 2014 com os anos anteriores apreciaram que o evento decaiu em relação a qualidade (Fig. 7) (60%).

Quanto aos serviços públicos, a limpeza da cidade foi apontada por 35% dos entrevistados como regular; a segurança no evento foi avaliada como péssima para 50% dos entrevistados e o atendimento médico foi visto como regular (Fig. 8).

Na perspectiva dos entrevistados, a edição de 2014, quando comparada as demais edições, sofreu decaimento na qualidade do evento, especialmente em termos de atrações musicais, culturais, bem como modificações na estrutura do Parque do Povo, que influenciaram de forma negativa na tradicionalidade do evento, entretanto, a realização do evento culminou em fatores positivos, como a limpeza da cidade que torna-se mais cuidada no período estudado.

No que concerne à segurança pública, impacto negativo identificado e avaliado, a população demonstrou-se bastante preocupada, demandando ações que possam mitigar e evitar que nas edições futuras, o problema persista.

Figura 7. Percepção dos entrevistados sobre a qualidade da edição do “Maior São João do Mundo” no Parque do Povo com anos anteriores. Campina Grande - PB, 2014.

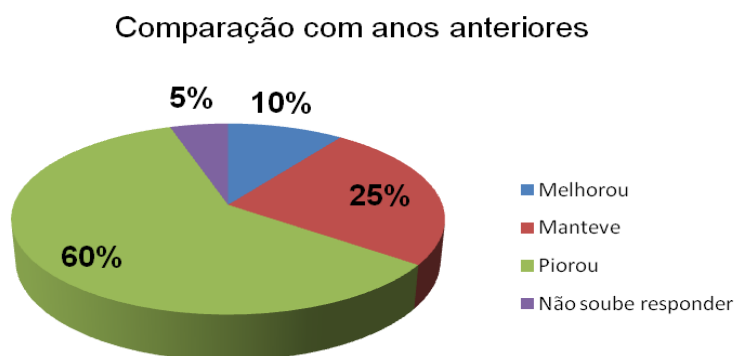
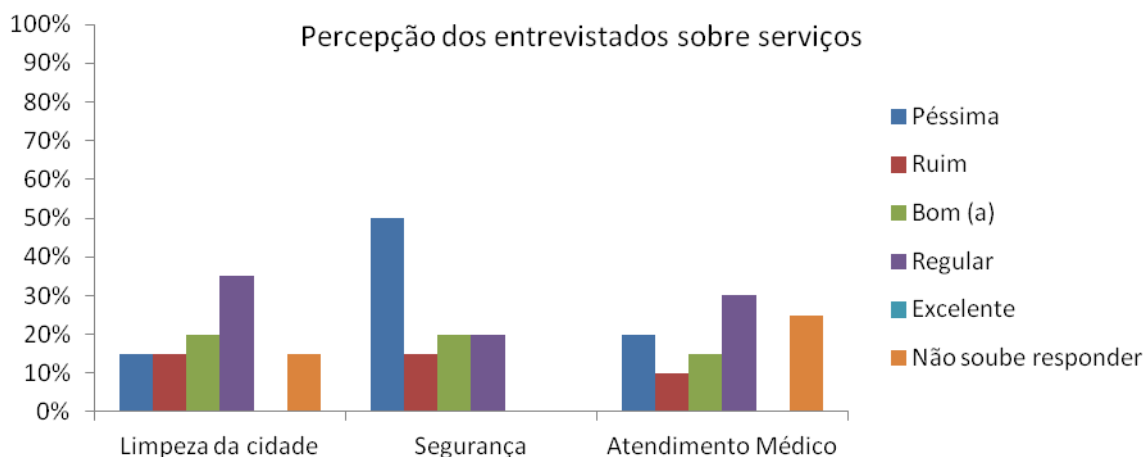


Figura 8. Percepção dos entrevistados quanto à avaliação dos serviços públicos durante “O Maior São João do Mundo”, Campina Grande-PB, 2014.



Os entrevistados avaliaram quantitativamente o evento no Parque do Povo, numa escala de 0 – 10, prevalecendo as notas 7 (30%) e 8 (30%), conforme mostra a Tabela 1, verificando-se que em termos quantitativos, a edição 2014 foi aprovada pelo público estudado.

Tabela 1. Avaliação do público entrevistado para “O Maior São João do Mundo” no Parque do Povo, Campina Grande-PB, 2014.

| Notas | Avaliação (nº de pessoas) |
|-------|---------------------------|
| 0 | 2 |
| 1 | 0 |
| 2 | 0 |
| 3 | 0 |
| 4 | 0 |
| 5 | 1 |
| 6 | 3 |
| 7 | 6 |
| 8 | 6 |
| 9 | 2 |
| 10 | 0 |

No Quadro 3 estão apresentadas as afirmações dos entrevistados a respeito do Maior São João do Mundo, edição 2014, as quais expressam a avaliação qualitativa.

Considerando a dimensão sociocultural, predominou entre os entrevistados os impactos relativos às atrações artísticas (positivo), culturais (positivo), lazer (positivo) e à violência (negativo) e insegurança (negativo).

Em 100% das afirmativas dos entrevistados, o termo segurança/insegurança e violência se fizeram presentes. O termo lazer apresentou uma frequência de 25%, palhoças e “forró pé de serra” 20%, *shows* e cantores 45% (Fig. 9).

Na dimensão econômica os termos “melhoramento da renda” e comércio, apresentaram-se em 40% nas respostas dos entrevistados. E na dimensão ambiental os termos relacionados com Poluição sonora 10%, condições sanitárias do evento 5% e aglomeração 15% (Fig. 9).

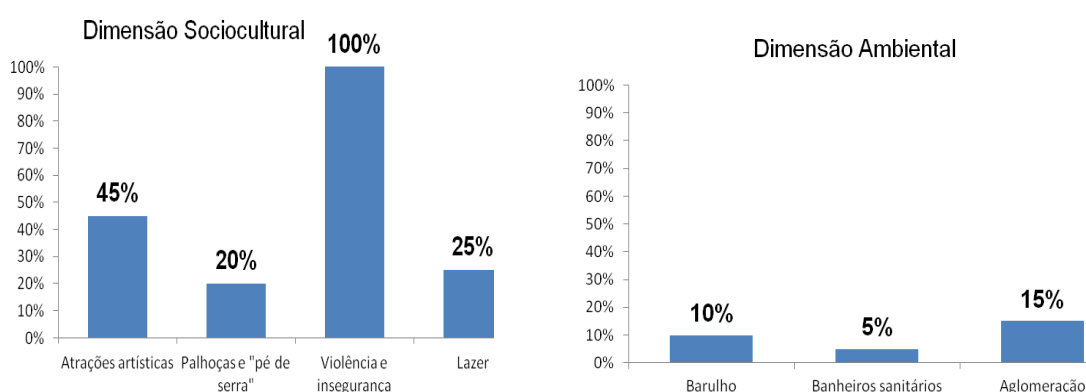
Quadro 3. Questões abertas e principais respostas sobre a percepção dos entrevistados acerca do “Maior São João do Mundo” no Parque do Povo, Campina Grande-PB, 2014.

| |
|---|
| O que você gosta no evento? |
| <p>Diversidades de atrações. Palhoças de forró de pé de serra. Não respondeu. Dos shows e cantores. A decoração, principalmente a da pirâmide mostrando a nossa cultura. E também das quadrilhas, porém elas estão muito sofisticadas fugindo muito da tradição. Da alegria e da festa bonita. Aumento do comércio.</p> |
| O que você não gosta no evento? |
| <p>Da higiene dos banheiros, e dos preços das comidas e bebidas. Muita gente junta. Do local da pirâmide que é muito perigoso. Do horário do término da festa que é muito tarde, e se isso melhorasse evitaria tragédias. Da localização do palco e da insegurança. Da venda de bebidas, o que aumenta as confusões e brigas. Da violência e insegurança. Não respondeu.</p> |
| Por ser uma festa católica, lhe incomoda em algum aspecto? |
| <p>Não incomoda. Eu sou evangélico, mas não sou contra. Não, acho bom. Não, a luz tem que estar em todos os lugares. Não comemoro o São João, mas também não me incomoda. Isso é muito relativo. Por ser cristão não participo da festa e não quero opinar. De nenhuma forma, só melhora.</p> |
| O evento contribui de alguma forma no seu cotidiano? |
| <p>No lazer (diversão). Atrapalha no trânsito. Melhora a renda, aumentando o número de clientes. Aumento da quantidade de trabalho. Não contribuiu com a renda, porque tinham poucos turistas por conta da copa. Aumenta a carga de trabalho por causa da violência. Não contribuiu em nada com relação ao comércio. Se comparado com outras edições, as outras tinham mais turistas e mais divulgação. Ajuda na rede hoteleira. A festa não atrapalha.</p> |

Quadro 3. Questões abertas e principais respostas sobre a percepção dos entrevistados acerca do “Maior São João do Mundo” no Parque do Povo, Campina Grande-PB, 2014. (Continuação).

| O que pode ser melhorado? |
|---|
| Na segurança, na questão da posição do palco por causa do barulho devido ser perto do hospital. Eu digo isso por experiência própria por que no ano passado eu tive uma dor de cabeça e fui atendido lá, e o barulho me incomodou. |
| Na segurança, e os preços. |
| Na segurança, aumentar o espaço e o atendimento médico. |
| Melhorar as barracas, e terminar mais cedo. |
| Melhoria no trânsito. |
| Na segurança, e terminar mais cedo porque a festa vai até as 5hrs00, e os seguranças não ficam na festa até esse horário. |
| Voltar o palco para a parte de baixo, e aumentar a segurança por conta do risco de facadas. |
| A organização geral da festa. |
| Aumentar a divulgação para trazer mais turistas para a Vila do Artesão. O ideal seria se ela fosse próxima ao Açude Velho. |
| A segurança, por conta do aumento da violência. |
| Um espaço físico maior, a questão da limpeza e a divulgação dos dados reais da violência. A questão do gasto de água na festa porque nos bairros tá faltando água e Boqueirão tá secando. Caruaru deu um banho, porque teve melhores atrações e estava mais organizado. |
| Acabar com a festa. |
| Transferir a festa, porque existem hospitais próximos, os estacionamentos são errados e é desestruturado. |

Figura 9. Análise de frequência de termos mencionados nas respostas às questões abertas para as dimensões: sociocultural e ambiental.



5.5 Proposição de medidas mitigadoras

Como medida mitigadora para a excessiva produção de resíduos sólidos, recomendamos ações conjuntas entre: poder público, comerciantes do evento, associações e cooperativas de Campina Grande, tais como a COTRAMARE (Cooperativa de Trabalhadores de Materiais Recicláveis), CATAMAIS (Cooperativa de Catadores e Catadoras de Materiais

Recicláveis de Campina Grande-PB), ARENSA (Associação de Catadores de Materiais Recicláveis da Comunidade Nossa Senhora Aparecida) e CAVI (Associação de Catadores de materiais recicláveis de Centro de Artes e Vidros), organizações de catadores de materiais recicláveis que podem fazer a destinação adequada deste material.

A proposição desta medida mitigadora, bem como sua efetivação por parte da sociedade civil organizada, fundamenta-se em legislação brasileira pertinente. A lei 12.305/10 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), onde estão presentes os objetivos, princípios e instrumentos desta lei nacional, que visa à sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável no que se refere aos resíduos sólidos. Além de prevê a eliminação dos lixões, associada à inclusão social e a emancipação econômica dos catadores de material reciclável e reutilizável.

Nesta perspectiva, Paixão, Santos e Santos (2013) em seu estudo realizado em Catu (BA) com catadores de materiais recicláveis observaram que em geral, a renda dos catadores é complementada por recursos de programas sociais do Governo Federal (em Catu, 4.494 famílias foram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família entre 2008 e 2009). A PNRS, em seu artigo 8º, define dentre os seus instrumentos “o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis”, mas na conjuntura atual, o nível de associativismo é muito baixo entre os catadores do município e um dos principais desafios ao atendimento desse instrumento da PNRS envolve uma mudança de paradigma da sociedade, dos catadores e das empresas, além de capacitação técnica e soluções para o estabelecimento de ganhos por produtividade.

Corroborando com os autores supracitados, Ribeiro, Albuquerque e Silva (2012) constataram que membros da Associação ARENSA, apresentam a necessidade do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), o que é representativo da necessidade de melhores condições de trabalho e capacitação técnica por parte destes trabalhadores. Observaram ainda que os catadores desencadeiam impactos positivos nas dimensões: sociais, educacionais, econômicos, ambientais e éticas; como fruto de suas ações conjuntas.

Diante disto, a efetivação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, figura como algo urgente em nossa sociedade contemporânea, e o evento “O Maior São João do Mundo” representa para Campina Grande e região, um evento com potencialidade para a gestão dos resíduos sólidos, desde que o Poder Público municipal assuma a responsabilidade com estes profissionais de materiais recicláveis, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho

e melhoria de vida, assim além de garantir trabalho e renda para estes, contribuirão para a realização de um evento mais sustentável.

O impacto negativo relacionado à segurança da população foi aquele mais apontado pelos entrevistados, o que evidencia a percepção e a preocupação do povo campinense com o aumento da violência e insegurança durante os festejos juninos.

De acordo com Nóbrega (2010) a estrutura do Parque do Povo passou a contar com maiores cuidados inerentes à segurança dos participantes da festa, com medidas que também alteraram seu entorno. Entre elas, o fechamento para o trânsito de veículos e pessoas de todas as ruas que dão acesso ao Parque do Povo, com tapumes metálicos de 2,20 metros de altura, havendo apenas cinco entradas, nas quais ocorrem as vistorias com detectores de metais realizadas por profissionais em segurança. Mesmo com as melhorias apontadas pela referida autora, a segurança ainda representa um aspecto muito frágil no evento que necessita de ações conjuntas para mitigação deste impacto.

Recomenda-se a intensificação do policiamento no local do evento, durante e após os festejos, pois foi relatado por vários entrevistados que os maiores problemas de segurança ocorre após o final das festividades diárias. O mesmo deve-se aplicar a todo o município.

É necessária a efetivação da fiscalização para a entrada das pessoas no Parque do povo. Contrariando Nóbrega (2010) que apontou avanços significativos em relação à segurança do evento, foi possível observar a ineficiente vistoria realizada pelos profissionais em segurança que controlam as entradas de acesso ao Parque do Povo. É imperativa também a qualificação destes profissionais, bem como, o uso de equipamentos técnicos adequados para uma vistoria eficiente, e o aumento do número de câmeras filmadoras.

A criação de vias alternativas que descongestionem o trânsito próximo ao local do evento é recomendada para que este impacto negativo no trânsito seja mitigado, para isso são necessárias medidas efetivas por parte dos órgãos competentes da administração municipal.

A efetivação da Lei Seca 12.760/12 do Código de trânsito brasileiro para os condutores de veículos, figura como uma prática eficiente para a mitigação dos acidentes de trânsito, uma vez que o aumento de acidentes durante o período dos festejos juninos deve-se a embriaguez dos envolvidos.

O consumo excessivo de água, evidente durante a realização do evento, necessita de medidas técnicas que minimizem este impacto, bem como a promoção da Educação ambiental no tocante à sensibilização de todos os envolvidos no evento para o uso racional deste recurso. Um problema atrelado a este é a produção excessiva de esgoto, como relatado neste

estudo. Uma prática que deve ser adotada é o encaminhamento adequado do material e o seu posterior tratamento, para a reutilização da água em fins que não exijam águas nobres do próprio evento. Para isso, seriam necessárias ações conjuntas do Poder Público para a efetivação desta medida.

5.5.1 Programas de acompanhamento, monitoramento e Educação Ambiental

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Campina Grande (2014) possui programas para mitigação dos impactos negativos provocados da geração dos resíduos sólidos da cidade, tais como: Projeto de Universalização da Coleta de Resíduos Sólidos, Projeto Campina + Limpa e Projeto Coleta Campina. Sugere-se que estes projetos apresentem atividade intensa durante o período de realização do evento, contribuindo para a diminuição dos impactos relacionados aos resíduos sólidos.

Outro Programa muito relevante, que necessita de incentivo é o de Educação Ambiental, pois com a sensibilização da sociedade acerca dos impactos e dos problemas socioambientais que eles desencadeiam, pode-se alcançar a sustentabilidade do evento em termos de consumo da água, geração de resíduos sólidos, produção excessiva de esgotos, dentre outros.

Recomenda-se a criação do Programa de Monitoramento da Eficiência Policial, neste programa o policiamento seria aumentado e monitorado para oferecer maior segurança à população, não apenas na área de abrangência direta do evento, bem como em toda a cidade de Campina Grande que é a área de interferência dos festejos juninos.

Para melhorias no trânsito o órgão municipal responsável, a STTP (Superintendência de trânsito e transportes públicos), deve apresentar uma intensificação em suas atividades, garantindo assim um melhor fluxo no trânsito durante a realização do evento, como a criação de vias alternativas para o fluxo de automóveis durante o período de realização do evento.

Foi possível observar entidades de saúde ligadas à administração municipal de Campina Grande, promovendo Programas de Saúde Pública no Parque do Povo durante a realização do evento, no que diz respeito ao controle de contaminação por DSTs por meio de distribuição de preservativos e folhetos educativos.

5.6 Proposição de medidas compensatórias

A poluição sonora compreende um impacto negativo irreversível, para este, propõe-se como medida compensatória a destinação de um percentual, previamente determinado entre o

poder público municipal e aqueles diretamente afetados por este impacto, do valor arrecadado no evento para a indenização dos residentes na área de interferência direta do empreendimento, bem como para as unidades de saúde localizadas em área de abrangência direta e indireta.

Para os impactos negativos relacionados com a degradação ambiental, sugere-se que parte percentual da arrecadação final do evento, previamente acordada entre a administração pública e os órgãos ambientais competentes, seja destinada às Unidades de Conservação da Caatinga.

Para as vítimas de violência incube-se ao Poder Público arcar com os gastos decorrentes do processo médico de recuperação da vítima, e em caso de morte indenização dos familiares diretamente afetados. Cumprindo assim, a gestão pública executiva com sua responsabilidade social.

6 CONCLUSÃO

Por meio do presente estudo foram identificados e avaliados vários impactos ambientais provocados no Parque do Povo pelo “Maior São João do Mundo”, sendo os mais significativos a produção excessiva de resíduos sólidos, consumo irracional de água e produção demasiada de esgoto.

No que se refere à percepção da população, por meio da consulta pública realizada, pode-se concluir que os problemas ambientais provocados pelo empreendimento ainda são de desconhecimento da população, exceto os mais evidentes, o que demonstra a necessidade de Políticas Públicas que promovam a sensibilização da população.

Recomendam-se medidas potencializadoras, mitigadoras e compensatórias aos impactos provocados pelo evento, sendo as principais: valorização das manifestações culturais, maior atração de público, e maior facilitação para o empresariado e profissionais informais de trabalharem na realização do evento. A destinação adequada dos resíduos sólidos produzidos, em cooperação com entidades responsáveis, como cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, diminuição do consumo e uso racional de água e consequente diminuição da produção de esgoto, além da intensificação das forças para segurança e Programas de Educação Ambiental, pois com este programa muitos impactos oriundos dos festejos juninos no Parque do Povo podem ser mitigados ou até mesmo evitados.

Foi possível verificar que a maioria dos impactos negativos encontrados é reversível, portanto, o evento expressa potencialidade, e encontra-se passível de alcançar a sustentabilidade.

Conclui-se que o evento “O Maior São João do Mundo” realizado anualmente pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, principalmente no Parque do Povo (local de estudo), juntamente com a iniciativa privada é **viável**. Os impactos positivos provocados pelo empreendimento, principalmente na dimensão econômica e cultural, justificam os impactos negativos, entretanto, políticas públicas para mitigação dos impactos negativos e compensação daqueles irreversíveis devem ser aplicadas.

7 RECOMENDAÇÕES

Recomendam-se estudos que tenham por objetivo o desenvolvimento de técnicas eficientes para a diminuição do consumo excessivo de água durante a realização do evento, bem como para tratamento e destinação adequada do esgoto produzido.

REFERÊNCIAS

ALONSO, H., DAWALIBI, M., FINK, D. R.; **Aspectos Jurídicos do Licenciamento Ambiental**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 245p.

ANTUNES, P. B.; **Direito Ambiental**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. 960p.

BAKHTIN, M. M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BARTHOLOMEU, A. L.; **Com 10 mil habitantes, distrito de Galante tem “trânsito paulistano” durante o São João**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano>>. Acesso em: 07 nov. 2014, às 11h15.

BARRETO, M., **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. São Paulo: Papyrus, 2000.

BASSO, L. A.; VERDUM, R. **Avaliação de Impacto Ambiental: Eia e Rima como instrumentos técnicos e de gestão ambiental**. In: VERDUM, R. & MEDEIROS, R.M.V. (org.) Relatório de impacto ambiental: legislação, elaboração e resultados. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 2006.

BITAR, O. Y., ORTEGA, R. D.; **Gestão Ambiental**. In: OLIVEIRA, A. M. S., BRITO, S. N. A. (Eds.). Geologia de Engenharia. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia (ABGE), 1998. cap. 32, p.499-508.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 488 p.

BRASIL. **Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Publicada no Diário Oficial da União em 02/09/1981.

BRASIL. **Resolução CONAMA n. 001 de 23 de Janeiro de 1986**. Dispõe sobre Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Publicada no Diário Oficial da União em 17/02/1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília-DF. 1988.

BRASIL. **Resolução CONAMA n. 237 de 19 de dezembro de 1997**. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Publicada no Diário Oficial da União em 22 de dezembro de 1997.

BRASIL. **Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 13 de fevereiro de 1998.

BRASIL. **Lei 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 28 de abril de 1999.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. **Diagnóstico do município de Campina Grande, estado da Paraíba.** Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

BOURLEGAT, C. A.; **Cultura organizativa do APL de ecoturismo de Bonito, Serra da Bodoquena.** In: CASSIOLATO, J. E., MATOS, M. P., LASTRES, H. M. M. (Orgs.) Arranjos produtivos locais, uma alternativa para o desenvolvimento: criatividade e cultura. Rio de Janeiro, E-papers, 2008, 380 p.

BURSZTYN, M.; **A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética do homem-natureza.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CAMPINA GRANDE; PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **Plano Municipal de Gestão integrada de Resíduos Sólidos do Município de Campina Grande - PB,** ECOSAM - Consultoria em Saneamento Ambiental LTDA. Abril de 2014.

CAMPOS, R. R., BATSCHAUER, J., CARDOSO, S., GUNTHER, N.; **Competitividade sistêmica e as possibilidades do APL de turismo em Florianópolis.** In: CASSIOLATO, J. E., MATOS, M. P., LASTRES, H. M. M. (Orgs.) Arranjos produtivos locais, uma alternativa para o desenvolvimento: criatividade e cultura. Rio de Janeiro, E-papers, 2008, 380 p.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: como entrar e sair da modernidade.** 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** 10ª reimpressão. SÃO PAULO: Cultrix, 2006.

CASTRO, S. D., **Desenvolvimento de Turismo em Pirenópolis, GO.** In: CASSIOLATO, J. E., MATOS, M. P., LASTRES, H. M. M. (Orgs.) Arranjos produtivos locais, uma alternativa para o desenvolvimento: criatividade e cultura. Rio de Janeiro, E-papers, 2008, 380 p.

CASSIOLATO, J. E., MATOS, M. P., LASTRES, H. M. M.; **Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais em atividades culturais e políticas para sua promoção.** In: CASSIOLATO, J. E., MATOS, M. P., LASTRES, H. M. M. (Orgs.) Arranjos produtivos locais, uma alternativa para o desenvolvimento: criatividade e cultura. Rio de Janeiro, E-papers, 2008, 380 p.

COSTA, F. A., DINIZ, M. B., FARIAS, A. M. M., SOUSA, J. N., COSTA, J. A.; **A economia do círio de Nazaré em Belém.** In: CASSIOLATO, J. E., MATOS, M. P., LASTRES, H. M. M. (Orgs.) Arranjos produtivos locais, uma alternativa para o desenvolvimento: criatividade e cultura. Rio de Janeiro, E-papers, 2008, 380 p.

DEWES, D. WITTCKIND, E. V. **Educação Ambiental para a sustentabilidade: História, conceitos e caminhos.** Anais. Fórum Internacional Integrado de Cidadania. Rio Grande do Sul: Campus Santo Ângelo. p. 4. 2006.

ESTEVES, F. A.; **Fundamentos de limnologia.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1998.

FIGUEIREDO, J., GUARIM NETO, G.; **Aspectos da percepção ambiental de um grupo de empresários de Sinop, Mato Grosso, Brasil.** Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v. 22, janeiro a julho de 2009.

G1 PARAÍBA. SÃO JOÃO PB 2012. **Violência no São João de Campina Grande caiu 54%, diz secretária.** Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/sao-joao/2012/noticia/2012/07/violencia-no-sao-joao-de-campina-grande-cai-54-diz-policial-ilitar.html>. Acessado em 03 de dezembro de 2014.

INGÁ CIDADÃO, PB AGORA. **Violência no São João: Homem é assassinado a facadas em frente ao Palco Principal do Parque do Povo.** Disponível em: <http://ingacidadao.com/policial/violencia-sao-joao-homem-e-assassinado-facadas-em-frente-ao-palco-principal-parque-povo>. Acessado em 03 de dezembro de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **IBGE Cidades: Paraíba – Campina Grande.** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=250400&search=paraiba|campina-grande>. Acesso em: 18 jul. 2014.

JACOBI, P., **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 118, 3 mar. p.189-205, 2003.

JUNGLHAUS, J. M. **Sustentabilidade: desenvolvimento econômico sustentável e educação ambiental.** Revista contrapontos. Itajaí: v.3.n.1, p.55-68,Jan.-abr. 2003.

KÖHLER, A. F.; DURAND, J. C. G. **Turismo cultural: conceituação, fontes de crescimento e tendências.** In: Turismo. Visão e Ação (Itajaí), v. 9, p. 185-198, 2007.

LOUREIRO, C. F. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental.** 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

LOURENÇO, J. C.; **Aspectos hidrológico-climáticos que devem ser considerados para uma gestão eficaz do açude Epitácio Pessoa - Boqueirão.** Contribuciones a las Ciencias Sociales, eumed.net, Febrero 2014. Disponível em: www.eumed.net/rev/cccss/27/hidrologia-clima.html.

LUCENA FILHO, S. A. **O Maior São João do Mundo em Campina Grande - PB: um evento gerador de discursos culturais.** Cultura midiática, Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPB. Vol. II, n. 1 – jan./jun./2009.

LUCENA, A. D., CAVALCANTE, J. N., CÂNDIDO, G. A.; **Sustentabilidade do município de João Pessoa: uma aplicação do barômetro da sustentabilidade.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 7, n. 1, p. 19-49, Taubaté, SP, Brasil, 2011.

LUSTOSA, M. C. J., LAGES, A. M. G.; **Natureza e Cultura: o Arranjo Produtivo Local do Turismo de Lagoa e Mar, Alagoas.** In: CASSIOLATO, J. E., MATOS, M. P., LASTRES, H. M. M. (Orgs.) Arranjos produtivos locais, uma alternativa para o desenvolvimento: criatividade e cultura. Rio de Janeiro, E-papers, 2008, 380 p.

MARIN, A. A.; OLIVEIRA, H. T.; COMAR, V. **A educação ambiental num contexto de complexidade do campo teórico da percepção.** Interciência, Caracas, v. 28, n. 10, p. 616-619, out. 2003.

McCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MELAZO, G. C. **Percepção Ambiental e Educação Ambiental: Uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. Olhares e Trilhas.** Uberlândia-MG, Ano VI, n. 6, p. 45-51, 2005.

MOUTINHO, L. M. G., CAVALCANTE FILHO, P. F. M. B., KEHRLE, L. R., CAMPOS, L. H. R.; **Sistema Inovativo Cultural no Nordeste brasileiro: “O Maior São João do Mundo” - Campina Grande, Paraíba.** In: CASSIOLATO, J. E., MATOS, M. P., LASTRES, H. M. M. (Orgs.) Arranjos produtivos locais, uma alternativa para o desenvolvimento: criatividade e cultura. Rio de Janeiro, E-papers, 2008, 380 p.

MORIN, E. KERN, A. B. **Terre-Patrie:** Seuil, 1993.

MILARÉ, É. **A ação civil pública por dano ao ambiente.** In: (Coord.). Ação civil pública Lei nº 7.347/1985. 2ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 140-261.

MOREIRA, A. C. M. L. **Megaprojetos & ambiente urbano: parâmetros para elaboração do relatório de impacto de vizinhança.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, número 7, p. 107-118. São Paulo, 1999.

NÓBREGA, Z., **A festa do maior São João do mundo : dimensões culturais da festa junina na cidade de Campina Grande.** 316 f.: il. + 1 DVD. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2010.

NÓBREGA, Z. S. **A festa do Maior São João do mundo: animação para turistas e residentes.** Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR, Penedo, vol. 2, n. 1, p. 75-92, 2012.

PAIXÃO, J. F., SANTOS, E. A. S., SANTOS, L. A. N.; **Catadores de material reciclável de Catu e os seus desafios ao associativismo.** IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Salvador/BA – 25 a 28 de novembro de 2013.

PARO, V. H.; **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010. 93 p.

PEDRINI, A. G. I.; **Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1972) e a AGENDA 21 (1992): uma reflexão política para a Educação Ambiental.** In: MATA, S.; VASCONCELLOS, H.(Orgs.) Educação Ambiental em Debate; 20 anos pós-Tbilisi, PUC-RJ/UFRJ, p. 125-129, 1997.

RIBEIRO, W.; **A ordem ambiental internacional.** São Paulo: 1ª Ed. Contexto, 2005.

RIBEIRO, L. A., ALBUQUERQUE, H. N., SILVA, M. M. P.; **Impactos decorrentes da organização de catadores de materiais recicláveis em Campina Grande/PB.** Revista Brasileira de informações científicas. ISSN 2179-4413, V. 3, nº 4 - Out/Dez, 2012.

RICKLEFS, R. E. **A economia da natureza.** 6ª Ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2010, 570 p.

RIGOTTO, R. M.; **Inserção da saúde nos estudos de impacto ambiental: o caso de uma termelétrica a carvão mineral no Ceará.** Ciência & Saúde Coletiva, 14(6):2049-2059, 2009.

SABBAGH, R. B.; **Cadernos de Educação Ambiental: Gestão Ambiental**. Secretaria do Meio Ambiente. São Paulo, 2011.

SACHS, I.; **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I.; **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SÁNCHEZ, L. E.; **Avaliação de impacto ambiental, conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SANTOS, P. J. A., SILVA, M. M. P. S., COUTO, M. G., BORGES, V. G.; **Relação entre a percepção ambiental de docentes e discentes do ensino fundamental II de uma escola pública do semiárido paraibano com as características do bioma caatinga**. Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, V. 30, n. 1, p. 38 – 53, 2013.

SANTOS, N. L.; SILVA, M. M. P.; **Por que educação ambiental não tem alcançado mudanças**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 27, p. 122-138, 2011.

SILVA, M. M. P.; **Estratégias em educação ambiental**. 2000. Dissertação. 121p. (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA). UFPB/UEPB. Campina Grande-PB. 2000.

SILVA, M. M. P., LEITE, V. D.; **Estratégias para realização de Educação Ambiental em Escolas do Ensino Fundamental**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 20, p. 372-392, 2008.

SILVA, M. M. P.; SOUSA, J. T.; CEBALLOS, B. S. O.; LEITE, V. D.; FEITOSA, W. B. S.; ARAÚJO, E. A. **Educação Ambiental; instrumento para sustentabilidade de tecnologias de tratamento de lodos de esgotos**. Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental. ISSN, 1517-1256, v.23,. p. 54-70, 2009.

SILVA, M. M. P. S.; **Formação de agentes multiplicadores em educação ambiental – fase I**. Universidade Estadual da Paraíba, Ministério da Educação, 83 p. 2012.

SILVA, R. E; CARVALHO, K. D. **Tradições e traduções culturais no São João do Maranhão: Análise da relação entre festas populares e o turismo**. VII Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, Universidade Anhembí Morumbi, São Paulo, 2010.

SILVA, T. N.; CAMPOS, L. M. S. **Avaliação da produção e qualidade do gás de aterro para energia no aterro sanitário dos bandeirantes-SP**. Revista de Engenharia Sanitária e Ambiental. v.13, n.01, Rio de Janeiro-RJ: ABES, jan/mar, 2008, p. 88-96.

SILVA, M. T., SILVA, V. P. R.; COSTA, S. C. F. E.; **Expansão do espaço urbano do município de Campina Grande-PB a partir de técnicas de sensoriamento remoto**. In: Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, INPE.

SILVA, R. E., CARVALHO, K. D.; **Tradições e traduções culturais no São João do Maranhão: Análise da relação entre festas populares e o turismo.** VII Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 20 e 21 de setembro de 2010, Universidade Anhembi Morumbi, UAM/ São Paulo/SP.

SILVEIRA, R. L. **Avaliação dos métodos de levantamento do meio biológico terrestre em estudos de impacto ambiental para a construção de usinas hidrelétricas na região do Cerrado.** Piracicaba, 2006, 65 p. Dissertação (Mestrado) Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2006.

SOUZA, L. G. **Economia, política e sociedade.** Edição eletrônica: eumed.net. 2006.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa.** 2002. 235 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

VEIGA, J. E. **Indicadores de sustentabilidade.** Revista Version, São Paulo v. 24, n.68, 2010.

WCED.; **United Nations World Commission on Environment and Development.** Our Common Future. 1987.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista aplicada a diferentes atores sociais diretamente relacionado com o Maior São João do Mundo, Campina Grande-PB.

- **Sobre a duração do evento**

1. Longa; 2. Boa; 3. Um pouco curto; 4. Muito curto

- **Localização e espaço do evento**

1. Muito bom, 2. Bom, 3. Razoável, 4. Péssimo

- **Sobre a organização do evento**

1. Bem organizado; 2. Pouco organizado; 3. Nem um pouco organizado; 4. Não sei responder.

- **Se comparado com edições anteriores, qual a sua avaliação sobre o São João de 2014?**

1. Melhorou, 2. Manteve, 3. Piorou; 4. Não sei responder

- **Avaliação de Serviços Públicos**

- **Limpeza da cidade**

1. Péssima; 2. Ruim; 3. Regular; 4. Boa; 5. Excelente; 6. Não sei responder.

- **Segurança**

1. Péssima; 2. Ruim; 3. Regular; 4. Boa; 5. Excelente; 6. Não sei responder.

- **Atendimento médico**

1. Péssimo; 2. Ruim; 3. Regular; 4. Bom; 5. Excelente; 6. Não sei responder.

Qual a nota você dá ao evento?

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|
| 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|

- **O que você gosta no evento?**

- **O que você não gosta no evento?**

- **Por ser uma festa católica, lhe incomoda em algum aspecto?**

- **O evento contribui de alguma forma no seu cotidiano, ex (lazer, renda familiar, etc)?**

- **O que pode ser melhorado?** Sugestões para as próximas edições